

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	20
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	786.265
Preferenciais	1.209.267
Total	1.995.532
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2020	Dividendo	20/05/2020	Ordinária		0,04470
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2020	Dividendo	20/05/2020	Preferencial		0,04470

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	8.081.060	7.457.627
1.01	Ativo Circulante	1.996.491	1.449.582
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.606	10.080
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.672.865	1.117.550
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	203.028	201.116
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.469.837	916.434
1.01.03	Contas a Receber	246.249	252.430
1.01.03.01	Clientes	246.249	252.430
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.591	14.607
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.591	14.607
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.180	54.915
1.01.08.03	Outros	18.180	54.915
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	757	39.388
1.01.08.03.04	Outros Créditos	17.423	15.527
1.02	Ativo Não Circulante	6.084.569	6.008.045
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.190	187.175
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	69.115	174.100
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	53.128	51.441
1.02.01.10.05	Créditos Fiscais de Ágios Incorporados	0	107.483
1.02.01.10.06	Outros Créditos	15.987	15.176
1.02.02	Investimentos	3.240.752	2.971.023
1.02.02.01	Participações Societárias	3.240.752	2.971.023
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.240.752	2.971.023
1.02.03	Imobilizado	2.721.061	2.808.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.692.116	2.726.591
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.978	6.238
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	21.967	75.513
1.02.04	Intangível	40.566	41.505
1.02.04.01	Intangíveis	40.566	41.505
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	25.569	26.902
1.02.04.01.04	Software e Outros Intangíveis	14.997	14.603

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	8.081.060	7.457.627
2.01	Passivo Circulante	2.414.428	1.765.299
2.01.02	Fornecedores	1.231.264	1.190.419
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.231.264	1.190.419
2.01.03	Obrigações Fiscais	103.684	20.775
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	920.345	425.420
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	920.345	425.420
2.01.05	Outras Obrigações	154.028	125.091
2.01.05.02	Outros	154.028	125.091
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.932	38.867
2.01.05.02.05	Passivo de Arrendamento	839	714
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	20.980	18.299
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	93.277	67.211
2.01.06	Provisões	5.107	3.594
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.107	3.594
2.02	Passivo Não Circulante	4.109.836	4.241.158
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.668.372	3.662.808
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.668.372	3.662.808
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.668.372	3.662.808
2.02.02	Outras Obrigações	177.719	164.938
2.02.02.02	Outros	177.719	164.938
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	20.440	19.509
2.02.02.02.04	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	93.825	89.001
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	10.106	9.726
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	53.348	46.702
2.02.03	Tributos Diferidos	198.032	315.051
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	198.032	315.051
2.02.04	Provisões	65.713	98.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.713	98.361
2.03	Patrimônio Líquido	1.556.796	1.451.170
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	141.783	141.552
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.505	3.274
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	209.271	209.271
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	97.477	97.477
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.899	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	657.816	685.646
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-59.580	-59.906
2.03.08.01	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-50.526	-50.526
2.03.08.02	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-9.054	-9.380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	367.785	793.177	408.169	825.572
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-225.286	-431.055	-280.938	-521.618
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-69.132	-120.868	-135.401	-232.066
3.02.02	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-35.653	-70.712	-32.310	-66.067
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-2.033	-4.066	-2.043	-4.085
3.02.04	Pessoal e Administradores	-33.818	-68.083	-30.425	-64.974
3.02.05	Entidade de Previdência Privada	-1.495	-2.930	-1.194	-2.409
3.02.06	Serviços de Terceiros	-58.398	-88.934	-27.985	-49.716
3.02.07	Material	-2.178	-4.800	-2.738	-5.317
3.02.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	21.059	21.200	-842	-920
3.02.09	Depreciação e Amortização	-40.793	-82.439	-43.101	-86.004
3.02.10	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-2.845	-9.423	-4.899	-10.060
3.03	Resultado Bruto	142.499	362.122	127.231	303.954
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	47.068	51.621	20.638	17.195
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	47.068	51.621	20.638	17.195
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	49.866	56.921	17.251	16.416
3.04.06.02	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-2.798	-5.300	3.387	779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	189.567	413.743	147.869	321.149
3.06	Resultado Financeiro	-34.114	-146.771	-104.960	-180.257
3.06.01	Receitas Financeiras	12.193	24.207	20.065	35.956
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.307	-170.978	-125.025	-216.213
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-75.096	-184.123	-125.891	-216.794
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	28.789	13.145	866	581
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	155.453	266.972	42.909	140.892
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.494	-72.694	-7.471	-43.440
3.08.01	Corrente	-37.261	-82.230	-12.616	-50.719
3.08.02	Diferido	767	9.536	5.145	7.279
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	118.959	194.278	35.438	97.452

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	118.959	194.278	35.438	97.452
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05961	0,09736	0,01801	0,04953
3.99.01.02	PN	0,05961	0,09736	0,01801	0,04953
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05842	0,09541	0,01728	0,04752
3.99.02.02	PN	0,05842	0,09541	0,01728	0,04752

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	118.959	194.278	35.438	97.452
4.02	Outros Resultados Abrangentes	231	326	-5.216	-12.355
4.02.01	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controlada	0	0	-9.792	-9.792
4.02.02	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	0	0	6.933	-3.883
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	-2.357	1.320
4.03	Resultado Abrangente do Período	119.190	194.604	30.222	85.097

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	291.663	427.221
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	349.952	342.509
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	194.278	97.452
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	86.738	89.221
6.01.01.03	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	5.300	-779
6.01.01.04	Variação Monetária e Cambial	35.972	44.278
6.01.01.06	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-20.014	2.713
6.01.01.07	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	129.442	158.998
6.01.01.08	Juros sobre Passivo de Arrendamento	1.378	999
6.01.01.09	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	5.607	3.402
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-22.814	-32.225
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-9.536	-7.279
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	231	191
6.01.01.13	Baixa de Bens do Ativo	291	1.954
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-56.921	-16.416
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	82.851	260.700
6.01.03	Outros	-141.140	-175.988
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-116.163	-123.770
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-48.399	-75.117
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-783	-713
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-281	-774
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	24.486	24.386
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-673.027	-1.400.618
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-34.822	-28.409
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-117.405	-168.756
6.02.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	0	-854.409
6.02.04	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-21.749	-34.103
6.02.06	Aplicações em investimentos de curto prazo	-1.765.229	-1.398.238
6.02.07	Resgates de investimentos de curto prazo	1.209.074	1.058.622
6.02.08	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	57.104	24.675
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	377.890	975.088
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	500.000	2.200.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-89.145	-6
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-7.148	-1.182.380
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-1.339	-499
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-5.642	-42.027
6.03.06	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados de Garantias de Financiamento	-18.836	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.474	1.691
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.080	103.591

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.606	105.282

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	231	0	-89.209	0	-88.978
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	231	0	0	0	231
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-89.209	0	-89.209
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.278	326	194.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.278	0	194.278
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	326	326
5.05.02.08	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	326	326
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	27.830	-27.830	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	42.167	-42.167	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.337	14.337	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.783	209.271	132.899	598.236	1.556.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	191	-78.616	-63.497	0	-141.922
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	191	0	0	0	191
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-78.616	0	0	-78.616
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-63.497	0	-63.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.452	-12.355	85.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.452	0	97.452
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.355	-12.355
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-3.883	-3.883
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.320	1.320
5.05.02.08	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	-9.792	-9.792
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	29.064	-29.064	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	44.036	-44.036	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.972	14.972	0
5.07	Saldos Finais	416.646	199.269	100.202	63.019	687.513	1.466.649

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	967.709	954.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	928.268	953.088
7.01.02	Outras Receitas	198	1.242
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.408	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.835	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-332.776	-396.244
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-208.407	-328.756
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-99.414	-57.618
7.02.04	Outros	-24.955	-9.870
7.02.04.01	Custo de Construção de Ativos Próprios	-35.801	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	10.846	-9.870
7.03	Valor Adicionado Bruto	634.933	558.086
7.04	Retenções	-92.038	-88.442
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-86.738	-89.221
7.04.02	Outras	-5.300	779
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	542.895	469.644
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	82.314	54.166
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.921	16.416
7.06.02	Receitas Financeiras	25.393	37.750
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	625.209	523.810
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	625.209	523.810
7.08.01	Pessoal	60.910	57.881
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.598	51.589
7.08.01.02	Benefícios	2.930	2.409
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.382	3.883
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	195.845	151.506
7.08.02.01	Federais	180.121	142.912
7.08.02.02	Estaduais	15.545	8.372
7.08.02.03	Municipais	179	222
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	174.176	216.971
7.08.03.01	Juros	173.539	216.213
7.08.03.02	Aluguéis	637	758
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.278	97.452
7.08.04.02	Dividendos	89.209	63.497
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	105.069	33.955

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	8.480.391	7.798.912
1.01	Ativo Circulante	2.490.435	1.805.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.498	31.838
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.040.850	1.330.916
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	203.028	201.116
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.837.822	1.129.800
1.01.03	Contas a Receber	338.717	342.508
1.01.03.01	Clientes	338.717	342.508
1.01.06	Tributos a Recuperar	63.069	23.626
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63.069	23.626
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.301	76.271
1.01.08.03	Outros	34.301	76.271
1.02	Ativo Não Circulante	5.989.956	5.993.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	215.028	239.619
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.865	3.357
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.865	3.357
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	197.088	223.187
1.02.01.10.03	Créditos Fiscais de Agios Incorporados	0	107.483
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	185.991	107.431
1.02.01.10.09	Outros Créditos	11.097	8.273
1.02.03	Imobilizado	5.469.351	5.535.588
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.303.299	5.393.694
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	87.962	61.080
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	80.539	54.407
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Edificações Arrendadas	7.423	6.673
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	78.090	80.814
1.02.04	Intangível	305.577	218.546
1.02.04.01	Intangíveis	305.577	218.546
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	25.569	26.902
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	261.797	173.638
1.02.04.01.04	Software e Outros Intangíveis	18.211	18.006

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	8.480.391	7.798.912
2.01	Passivo Circulante	2.582.818	1.903.924
2.01.02	Fornecedores	1.276.391	1.228.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.276.391	1.228.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	116.726	26.296
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	957.923	461.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	957.923	461.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	957.923	461.804
2.01.05	Outras Obrigações	226.671	144.148
2.01.05.02	Outros	226.671	144.148
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.932	38.867
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	1.228	1.063
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	21.162	18.459
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	165.349	85.759
2.01.06	Provisões	5.107	43.346
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.107	43.346
2.02	Passivo Não Circulante	4.340.777	4.443.818
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.780.244	3.793.141
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.780.244	3.793.141
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.780.244	3.793.141
2.02.02	Outras Obrigações	294.612	237.083
2.02.02.02	Outros	294.612	237.083
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	89.792	61.664
2.02.02.02.04	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	93.825	89.001
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	10.106	9.726
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	100.889	76.692
2.02.03	Tributos Diferidos	200.208	315.233
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	200.208	315.233
2.02.04	Provisões	65.713	98.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.713	98.361
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.556.796	1.451.170
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	141.783	141.552
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.505	3.274
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	209.271	209.271
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	97.477	97.477
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.899	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	657.816	685.646
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-59.580	-59.906
2.03.08.01	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-50.526	-50.526

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.08.02	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-9.054	-9.380

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	475.207	969.603	485.057	971.863
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-277.867	-537.317	-339.036	-635.799
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-68.953	-117.113	-130.840	-229.613
3.02.02	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-40.810	-81.049	-37.672	-75.815
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-2.580	-5.161	-2.521	-5.048
3.02.04	Pessoal e Administradores	-33.950	-68.336	-30.823	-65.980
3.02.05	Entidade de Previdência Privada	-1.496	-2.932	-1.196	-2.389
3.02.06	Serviços de Terceiros	-69.437	-110.689	-42.761	-77.186
3.02.07	Material	-3.890	-8.571	-4.185	-8.193
3.02.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	26.943	27.084	-924	-1.011
3.02.09	Depreciação e Amortização	-78.282	-156.153	-80.187	-155.214
3.02.10	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-5.412	-14.397	-7.927	-15.350
3.03	Resultado Bruto	197.340	432.286	146.021	336.064
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	197.340	432.286	146.021	336.064
3.06	Resultado Financeiro	-36.459	-154.990	-100.198	-191.278
3.06.01	Receitas Financeiras	15.044	29.565	22.458	40.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.503	-184.555	-122.656	-232.116
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-78.570	-194.470	-131.663	-243.449
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	27.067	9.915	9.007	11.333
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	160.881	277.296	45.823	144.786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.922	-83.018	-10.385	-47.334
3.08.01	Corrente	-42.774	-92.136	-15.844	-56.432
3.08.02	Diferido	852	9.118	5.459	9.098
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	118.959	194.278	35.438	97.452
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	118.959	194.278	35.438	97.452
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	118.959	194.278	35.438	97.452
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.99.01.01	ON	0,05961	0,09736	0,01801	0,04953
3.99.01.02	PN	0,05961	0,09736	0,01801	0,04953
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05842	0,09541	0,01728	0,04752
3.99.02.02	PN	0,05842	0,09541	0,01728	0,04752

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	118.959	194.278	35.438	97.452
4.02	Outros Resultados Abrangentes	231	326	-5.216	-12.355
4.02.06	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	231	326	-3.022	-13.838
4.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	-2.194	1.483
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	119.190	194.604	30.222	85.097
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	119.190	194.604	30.222	85.097

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	463.482	344.262
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	483.745	438.095
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	194.278	97.452
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	160.452	158.431
6.01.01.04	Variação Monetária e Cambial	34.812	40.118
6.01.01.05	Marcação a mercado de Derivativos	-736	-7.779
6.01.01.06	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-20.014	2.713
6.01.01.07	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	136.361	181.866
6.01.01.08	Juros sobre Passivo de Arrendamento	4.793	2.827
6.01.01.09	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	5.607	3.402
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-27.469	-33.983
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-9.118	-9.098
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	231	191
6.01.01.13	Baixa de Bens do Ativo	4.548	1.955
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	146.025	109.621
6.01.03	Outros	-166.288	-203.454
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-121.961	-146.147
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-27.336	-80.698
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-783	-713
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-43.300	-774
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	27.092	24.878
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-845.971	-429.937
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-95.239	-43.240
6.02.04	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-22.979	-34.103
6.02.05	Liquidação de instrumento derivativo - NDF	0	-4.555
6.02.06	Aplicações em investimentos de curto prazo	-1.995.109	-1.466.082
6.02.07	Resgates de investimentos de curto prazo	1.285.966	1.081.999
6.02.08	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-18.610	36.044
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	364.149	56.582
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	500.000	2.200.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-89.145	-6
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-25.305	-2.098.338
6.03.05	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-4.206	-3.047
6.03.06	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-5.873	-42.027
6.03.07	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados de Garantias de Financiamento	-11.322	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.340	-29.093
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.838	152.816
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.498	123.723

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	231	0	-89.209	0	-88.978	0	-88.978
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	231	0	0	0	231	0	231
5.04.08	Dividendos Intermediários	0	0	0	-89.209	0	-89.209	0	-89.209
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.278	326	194.604	0	194.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.278	0	194.278	0	194.278
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	326	326	0	326
5.05.02.06	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	326	326	0	326
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	27.830	-27.830	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	42.167	-42.167	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.337	14.337	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.783	209.271	132.899	598.236	1.556.796	0	1.556.796

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	191	-78.616	-63.497	0	-141.922	0	-141.922
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	191	0	0	0	191	0	191
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-78.616	0	0	-78.616	0	-78.616
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-63.497	0	-63.497	0	-63.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.452	-12.355	85.097	0	85.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.452	0	97.452	0	97.452
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.355	-12.355	0	-12.355
5.05.02.06	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.883	-3.883	0	-3.883
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de caixa	0	0	0	0	1.320	1.320	0	1.320
5.05.02.08	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	-9.792	-9.792	0	-9.792
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	29.064	-29.064	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	44.036	-44.036	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.972	14.972	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	199.269	100.202	63.019	687.513	1.466.649	0	1.466.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	1.189.506	1.105.946
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.113.851	1.101.319
7.01.02	Outras Receitas	1.935	4.627
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	71.885	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.835	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-399.979	-439.637
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-215.122	-336.051
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-125.144	-88.344
7.02.04	Outros	-59.713	-15.242
7.02.04.01	Custo de Construção de Ativos Próprios	-71.651	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	11.938	-15.242
7.03	Valor Adicionado Bruto	789.527	666.309
7.04	Retenções	-160.686	-158.431
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-160.686	-158.431
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	628.841	507.878
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.861	42.777
7.06.02	Receitas Financeiras	30.861	42.777
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	659.702	550.655
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	659.702	550.655
7.08.01	Pessoal	61.137	58.761
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.814	52.409
7.08.01.02	Benefícios	2.932	2.389
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.391	3.963
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	222.218	161.601
7.08.02.01	Federais	203.183	152.894
7.08.02.02	Estaduais	18.852	8.415
7.08.02.03	Municipais	183	292
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	182.069	232.841
7.08.03.01	Juros	181.309	232.116
7.08.03.02	Aluguéis	760	725
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.278	97.452
7.08.04.02	Dividendos	89.209	63.497
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	105.069	33.955

1. Perfil

A AES Tietê Energia, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador hidrelétrico formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

Além da fonte hidráulica, a Companhia incluiu em seu portfólio ativos eólicos e solares, conforme abaixo:

O Complexo Eólico Alto Sertão II, adquirido pela Companhia em agosto de 2017, possui capacidade instalada de 386,1 MW e energia contratada por 20 anos por meio dos leilões de LER e LEN realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033. Os parques possuem licença de operação de 35 anos (2048). A garantia física dos Parques é de 183,6 MWm.

O Complexo Solar Guaimbê possui capacidade instalada de 150 MW e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de LER realizado em 2014, cujos contratos expiram em 2037. Os parques possuem licença de operação de 35 anos (2050). A garantia física do Complexo é de 29,5 MWm.

O Complexo Solar Ouroeste, possui capacidade instalada de 144 MW e é dividido em duas Fases:

- a. Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm, foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos (2038) e autorização para operar por mais 15 anos (2051). A Fase 1 entrou em operação em 14 de agosto de 2019; e
- b. Planta Solar AGV (“Fase 2”), com capacidade instalada de 75 MW e garantia física de 19,8 MWm, foi comercializada pela Companhia no Leilão de Energia de Reserva realizado em 18 de dezembro de 2017 com energia contratada por 20 anos (2040) e autorização de operação de mais 15 anos (2053). A Fase 2 entrou em operação em teste em outubro de 2019, mais de um ano antes do início de seu PPA.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	1S20	1S19	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	1.115.786	1.105.946	9.840	0,9%
Deduções da receita operacional bruta	(146.183)	(134.083)	(12.100)	9,0%
Receita operacional líquida	969.603	971.863	(2.260)	-0,2%
Custos e despesas operacionais	(537.317)	(635.799)	98.482	-15,5%
Lucro bruto	432.286	336.064	96.222	28,6%
Resultado financeiro	(154.990)	(191.278)	36.288	-19,0%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	277.296	144.786	132.510	91,5%
Imposto de renda e contribuição social	(83.018)	(47.334)	(35.684)	75,4%
Lucro líquido do período	194.278	97.452	96.826	99,4%

Em milhares de reais - Consolidado

No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$194.278 ante um lucro líquido de R\$97.452 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de 99,4% do resultado da Companhia.

1.2 Receita operacional líquida

	1S20		1S19		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	5.333	881.187	5.329	895.271	0,1%	-1,6%
Mercado de curto prazo						
MRE	798	10.117	680	6.223	17,4%	62,6%
SPOT	(95)	21.632	171	43.979	-155,6%	-50,8%
Outros	-	14.216	-	10.542	-	34,9%
Contratos de energia eólicos	758	128.551	767	110.843	-1,2%	16,%
Contratos de energia solares	189	58.148	118	35.807	60,2%	62,4%
Partes relacionadas (nota 27)	-	-	-	1.135	-	-100,%
Outras receitas	-	1.935	-	2.146	-	-9,8%
Receita Operacional Bruta	6.983	1.115.786	7.065	1.105.946	-1,2%	0,9%
Deduções da receita operacional bruta		(146.183)		(134.083)		9,0%
Receita Operacional Líquida		969.603		971.863		-0,2%

A receita operacional líquida se manteve estável, com uma redução de R\$2.260 ou 0,2%, principalmente explicado pelo:

- redução de receita proveniente dos contratos bilaterais, no montante de R\$14.084, principalmente devido ao menor volume e preço médio dos contratos de geração hidroelétrica, parcialmente compensado pelo maior volume de venda de geração distribuída em 2020.
- Redução de receita proveniente do mercado de curto prazo, no montante de R\$22.347, principalmente em função do menor volume e preço médio.



O aumento foi compensado parcialmente por:

- aumento da receita proveniente dos contratos de energia eólicos no montante de R\$17.708, devido principalmente à venda de energia no ambiente de contratação livre no 1S20.
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia solares no montante de R\$22.341, devido à entrada em operação da Fase 1 do Complexo Solar Ouroeste em 14 de agosto de 2019 e maior volume de energia do Complexo Solar Guaimbê;

1.3 Custos e despesas operacionais

Em milhares de reais	1S20	1S19	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(203.323)	(310.476)	107.153	-34,5%
Energia elétrica comprada para revenda	(117.113)	(229.613)	112.500	-49,0%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(81.049)	(75.815)	(5.234)	6,9%
Taxa de fiscalização	(5.161)	(5.048)	(113)	2,2%
Custo de operação	(333.994)	(325.323)	(8.671)	2,7%
Pessoal e administradores	(68.336)	(65.980)	(2.356)	3,6%
Material e serviços de terceiros	(119.260)	(85.379)	(33.881)	39,7%
Entidade de previdência privada	(2.932)	(2.389)	(543)	22,7%
Depreciação e amortização	(156.153)	(155.214)	(939)	0,6%
Outros	12.687	(16.361)	29.048	-177,5%
Total dos custos e despesas operacionais	(537.317)	(635.799)	98.482	-15,5%

Em milhares de reais - Consolidado

Os custos e despesas operacionais no período findo em 30 de junho de 2020 apresentaram uma redução de R\$98.482 ou 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- redução de 49,0% ou R\$112.500 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pela estratégia de compra antecipada de energia para mitigação de risco hidrológico com maior impacto no primeiro semestre de 2019;
- redução de R\$29.048 em outros, principalmente relacionada à reversão de provisão para o processo judicial de Itaipu no valor de principal de R\$22.573, somado às reavaliações de contingências ambientais do Complexo Eólico Alto Sertão II, no valor de R\$5.884.

A redução foi compensada parcialmente por:

- aumento de R\$33.881 em material e serviços de terceiros, principalmente devido à assessoria financeira e jurídica, no valor de R\$30.995, relacionada à oferta hostil de combinação de negócios enviada pela Eneva S.A em 01 de março de 2020, e R\$11.756 relacionado às manutenções bianuais das eclusas em 2020, compensado parcialmente pela redução em serviços de manutenção de meio ambiente, peças de manutenção, limpeza e segurança, no valor total de R\$6.859.
- aumento da depreciação e amortização de 0,6% no montante de R\$939, principalmente devido à adição de novos ativos ao portfólio, como o Complexo Solar Ouroeste.

Resultado financeiro

No 1S20 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$154.990 ou 19,0% inferior à despesa apresentada no 1S19. Contribuiu para esse desempenho:



- redução dos encargos de dívida no montante de R\$31.727, devido principalmente pela menor taxa média de juros CDI entre os períodos comparados (de 1,79%, no 1S20 ante 3,07% no 1S19);
- redução da atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos no montante de R\$25.212, devido principalmente ao menor IPCA entre os períodos comparados (de 2,13% no 1S20 ante 3,37% no 1S19), somado ao menor saldo médio de dívida indexado ao IPCA em 2020.
- efeito positivo de R\$12.899 na rubrica variação cambial devido à reversão da provisão do processo judicial Itaipu.
- pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R\$6.122 em função do pré-pagamento da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures no 1S19, o que não ocorreu no 1S20;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$28.249 no 1S20 ante R\$39.475 no 1S19), devido principalmente pela menor taxa de juros CDI entre os períodos comparados (de 1,79%, no 1S20 ante 3,07% no 1S19) parcialmente compensado pelo maior saldo médio das aplicações financeiras em 2020;
- efeito negativo de R\$12.147 em função da redução de juros capitalizados (R\$15.109 no 1S19 ante R\$2.962 no 1S20) proveniente da redução do ativo qualificável para capitalização devido à conclusão da construção do Complexo Solar Ouroeste em 2019;
- efeito negativo de R\$5.549 de variação cambial sobre os fornecedores da construção do Complexo Solar Guaimbê, devido à valorização do dólar americano ante ao real no período;

Notas Explicativas**AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.606	10.080	13.498	31.838
Investimentos de curto prazo	4	1.672.865	1.117.550	2.040.850	1.330.916
Contas a receber de clientes	5	246.249	252.430	338.717	342.508
Tributos a recuperar	6	52.591	14.607	63.069	23.626
Cauções e depósitos vinculados	8	757	39.388	757	46.901
Outros ativos	9	17.423	15.527	33.544	29.370
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.996.491	1.449.582	2.490.435	1.805.159
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	5	13.075	13.075	13.075	13.075
Tributos diferidos	7	—	—	4.865	3.357
Créditos fiscais de ágio incorporados		—	107.483	—	107.483
Cauções e depósitos vinculados	8	53.128	51.441	185.991	107.431
Outros ativos	9	15.987	15.176	11.097	8.273
Investimentos em controladas	10	3.240.752	2.971.023	—	—
Imobilizado, líquido	11	2.721.061	2.808.342	5.469.351	5.535.588
Intangível, líquido	12	40.566	41.505	305.577	218.546
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.084.569	6.008.045	5.989.956	5.993.753
TOTAL DO ATIVO		8.081.060	7.457.627	8.480.391	7.798.912

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	13	1.231.264	1.190.419	1.276.391	1.228.330
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	920.345	425.420	957.923	461.804
Passivo de arrendamento	16	839	714	1.228	1.063
Tributos a pagar	14	103.684	20.775	116.726	26.296
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		38.932	38.867	38.932	38.867
Provisões para processos judiciais e outros	18	5.107	3.594	5.107	43.346
Encargos setoriais	19	20.980	18.299	21.162	18.459
Outras obrigações	20	93.277	67.211	165.349	85.759
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.414.428	1.765.299	2.582.818	1.903.924
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	3.668.372	3.662.808	3.780.244	3.793.141
Passivo de arrendamento	16	20.440	19.509	89.792	61.664
Tributos diferidos	7	198.032	315.051	200.208	315.233
Obrigações com entidade de previdência privada	17	93.825	89.001	93.825	89.001
Provisões para processos judiciais e outros	18	65.713	98.361	65.713	98.361
Encargos setoriais	19	10.106	9.726	10.106	9.726
Outras obrigações	20	53.348	46.702	100.889	76.692
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.109.836	4.241.158	4.340.777	4.443.818
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado	21	474.607	474.607	474.607	474.607
Reserva de capital	21,1	141.783	141.552	141.783	141.552
Reservas de lucros	21,1	209.271	209.271	209.271	209.271
Ajustes de avaliação patrimonial	21,2	657.816	685.646	657.816	685.646
Outros resultados abrangentes	21,3	(59.580)	(59.906)	(59.580)	(59.906)
Lucros acumulados		132.899	—	132.899	—
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.556.796	1.451.170	1.556.796	1.451.170
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.081.060	7.457.627	8.480.391	7.798.912

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado				
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	367.785	793.177	408.169	825.572	475.207	969.603	485.057	971.863
CUSTOS OPERACIONAIS									
Custo com Energia Elétrica									
Energia elétrica comprada para revenda	24	(69.132)	(120.868)	(135.401)	(232.066)	(68.953)	(117.113)	(130.840)	(229.613)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	24	(35.653)	(70.712)	(32.310)	(66.067)	(40.810)	(81.049)	(37.672)	(75.815)
Taxa de fiscalização		(2.033)	(4.066)	(2.043)	(4.085)	(2.580)	(5.161)	(2.521)	(5.048)
Custo de Operação									
Pessoal e administradores		(33.818)	(68.083)	(30.425)	(64.974)	(33.950)	(68.336)	(30.823)	(65.980)
Entidade de previdência privada	17	(1.495)	(2.930)	(1.194)	(2.409)	(1.496)	(2.932)	(1.196)	(2.389)
Serviços de terceiros		(58.398)	(88.934)	(27.985)	(49.716)	(69.437)	(110.689)	(42.761)	(77.186)
Material		(2.178)	(4.800)	(2.738)	(5.317)	(3.890)	(8.571)	(4.185)	(8.193)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	18	21.059	21.200	(842)	(920)	26.943	27.084	(924)	(1.011)
Depreciação e amortização		(40.793)	(82.439)	(43.101)	(86.004)	(78.282)	(156.153)	(80.187)	(155.214)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(2.845)	(9.423)	(4.899)	(10.060)	(5.412)	(14.397)	(7.927)	(15.350)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(225.286)	(431.055)	(280.938)	(521.618)	(277.867)	(537.317)	(339.036)	(635.799)
LUCRO BRUTO		142.499	362.122	127.231	303.954	197.340	432.286	146.021	336.064
Equivalência patrimonial	10	49.866	56.921	17.251	16.416	–	–	–	–
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	10	(2.798)	(5.300)	3.387	779	–	–	–	–
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		47.068	51.621	20.638	17.195	–	–	–	–
Receitas financeiras	26	12.193	24.207	20.065	35.956	15.044	29.565	22.458	40.838
Despesas financeiras	26	(75.096)	(184.123)	(125.891)	(216.794)	(78.570)	(194.470)	(131.663)	(243.449)
Variações cambiais, líquidas	26	28.789	13.145	866	581	27.067	9.915	9.007	11.333
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(34.114)	(146.771)	(104.960)	(180.257)	(36.459)	(154.990)	(100.198)	(191.278)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		155.453	266.972	42.909	140.892	160.881	277.296	45.823	144.786
Contribuição social	7	(9.998)	(22.083)	(3.418)	(13.654)	(11.894)	(25.488)	(4.562)	(15.687)
Imposto de renda	7	(27.263)	(60.147)	(9.198)	(37.065)	(30.880)	(66.648)	(11.282)	(40.745)
Contribuição social diferida	7	224	2.565	1.382	1.967	118	2.578	1.468	2.517
Imposto de renda diferido	7	543	6.971	3.763	5.312	734	6.540	3.991	6.581
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(36.494)	(72.694)	(7.471)	(43.440)	(41.922)	(83.018)	(10.385)	(47.334)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		118.959	194.278	35.438	97.452	118.959	194.278	35.438	97.452

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	118.959	194.278	35.438	97.452	118.959	194.278	35.438	97.452
Outros resultados abrangentes:								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	231	326	(9.792)	(9.792)	—	—	—	—
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no período	—	—	6.933	(3.883)	301	396	(3.022)	(13.838)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	(2.357)	1.320	(70)	(70)	(2.194)	1.483
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	119.190	194.604	30.222	85.097	119.190	194.604	30.222	85.097

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Reservas de capital					Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva especial de ação	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Legal	Reserva de investimentos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	416.646	186.570	9.405	2.839	264	83.329	16.873	78.616	743.629	(14.697)	-	1.523.474
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.452	97.452
Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.883)	-	(3.883)
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320	-	1.320
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.793)	-	(9.793)
Transações com os acionistas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	-	-	-	191	-	-	-	-	-	-	-	191
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	(78.616)	-	-	-	(78.616)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.497)	(63.497)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.036)	-	-	44.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	14.972	-	-	(14.972)
Saldos em 30 de junho de 2019	416.646	186.570	9.405	3.030	264	83.329	16.873	-	714.565	(27.052)	63.019	1.466.649
Saldos em 31 de dezembro de 2019	474.607	128.609	9.405	3.274	264	94.921	16.873	97.477	685.646	(59.906)	-	1.451.170
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.278	194.278
Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	326	326
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	326	326
Transações com os acionistas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	-	-	-	231	-	-	-	-	-	-	-	231
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.209)	(89.209)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.167)	-	-	42.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	14.337	-	-	(14.337)
Saldos em 30 de junho de 2020	474.607	128.609	9.405	3.505	264	94.921	16.873	97.477	657.816	(59.580)	132.899	1.556.796

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	194.278	97.452	194.278	97.452
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	86.738	89.221	160.452	158.431
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	5.300	(779)	–	–
Variação monetária e cambial	35.972	44.278	34.812	40.118
Provisão para processos judiciais e outros	(20.014)	2.713	(20.014)	2.713
Marcação a mercado de derivativos	–	–	(736)	(7.779)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	129.442	158.998	136.361	181.866
Juros sobre passivo de arrendamento	1.378	999	4.793	2.827
Fundo de pensão	5.607	3.402	5.607	3.402
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(22.814)	(32.225)	(27.469)	(33.983)
Baixa de bens do ativo	291	1.954	4.548	1.955
Resultado de equivalência patrimonial	(56.921)	(16.416)	–	–
Tributos e contribuições sociais diferidos	(9.536)	(7.279)	(9.118)	(9.098)
Ações e opções de ações outorgadas	231	191	231	191
Variação de ativos e passivos operacionais	82.851	260.700	146.025	109.621
	432.803	603.209	629.770	547.716
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(116.163)	(123.770)	(121.961)	(146.147)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(48.399)	(75.117)	(27.336)	(80.698)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(783)	(713)	(783)	(713)
Pagamento de processos judiciais e outros	(281)	(774)	(43.300)	(774)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	24.486	24.386	27.092	24.878
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	291.663	427.221	463.482	344.262
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(34.822)	(28.409)	(95.239)	(43.240)
Aumento de capital em controladas	(117.405)	(168.756)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	–	(854.409)	–	–
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(21.749)	(34.103)	(22.979)	(34.103)
Liquidação de instrumento derivativo - NDF	–	–	–	(4.555)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(1.765.229)	(1.398.238)	(1.995.109)	(1.466.082)
Resgates de investimentos de curto prazo	1.209.074	1.058.622	1.285.966	1.081.999
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	57.104	24.675	(18.610)	36.044
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(673.027)	(1.400.618)	(845.971)	(429.937)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	500.000	2.200.000	500.000	2.200.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(7.148)	(1.182.380)	(25.305)	(2.098.338)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(89.145)	(6)	(89.145)	(6)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	(1.339)	(499)	(4.206)	(3.047)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(5.642)	(42.027)	(5.873)	(42.027)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	(18.836)	–	(11.322)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	377.890	975.088	364.149	56.582
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.474)	1.691	(18.340)	(29.093)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10.080	103.591	31.838	152.816
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.606	105.282	13.498	123.723

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019
1. RECEITAS	967.709	954.330	1.189.506	1.105.946
Receita bruta de venda de energia	928.268	953.088	1.113.851	1.101.319
Outras receitas operacionais	198	1.242	1.935	4.627
Receitas relativas à construção de ativos próprios	37.408	–	71.885	–
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.835	–	1.835	–
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(332.776)	(396.244)	(399.979)	(439.637)
Materiais	(5.054)	(5.490)	(8.984)	(8.366)
Serviços de terceiros	(94.360)	(52.128)	(116.160)	(79.978)
Custo da energia comprada e transmissão	(208.407)	(328.756)	(215.122)	(336.051)
Custo de construção de ativos próprios	(35.801)	–	(71.651)	–
Outros custos operacionais	10.846	(9.870)	11.938	(15.242)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	634.933	558.086	789.527	666.309
4. RETENÇÕES	(92.038)	(88.442)	(160.686)	(158.431)
Depreciação e amortização	(86.738)	(89.221)	(160.686)	(158.431)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(5.300)	779	–	–
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	542.895	469.644	628.841	507.878
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	82.314	54.166	30.861	42.777
Equivalência patrimonial	56.921	16.416	–	–
Receitas financeiras	25.393	37.750	30.861	42.777
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	625.209	523.810	659.702	550.655
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	625.209	523.810	659.702	550.655
Pessoal	60.910	57.881	61.137	58.761
Remuneração e encargos	47.174	45.003	47.332	45.781
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	7.424	6.586	7.482	6.628
Previdência privada	2.930	2.409	2.932	2.389
FGTS	3.382	3.883	3.391	3.963
Tributos (Governos)	195.845	151.506	222.218	161.601
Federais	137.970	103.169	159.937	112.188
Imposto de Renda e Contribuição Social	72.694	43.440	83.018	47.334
COFINS	45.199	41.337	54.721	45.468
PIS	9.974	8.890	12.067	9.778
INSS	7.936	7.244	7.959	7.314
Encargos sociais - Outros	2.167	2.258	2.172	2.294
Estaduais	15.545	8.372	18.852	8.415
ICMS	15.460	8.238	18.767	8.241
Outros	85	134	85	174
Municipais	179	222	183	292
IPTU	179	222	179	223
ISS	–	–	4	69
Encargos setoriais	42.151	39.743	43.246	40.706
Pesquisa e desenvolvimento	7.855	8.170	7.855	8.170
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.066	4.085	5.161	5.048
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	30.230	27.488	30.230	27.488
Remuneração de capital de terceiros	174.176	216.971	182.069	232.841
Juros	173.539	216.213	181.309	232.116
Aluguéis	637	758	760	725
Remuneração de capitais próprios	194.278	97.452	194.278	97.452
Lucros retidos	105.069	33.955	105.069	33.955
Dividendos	89.209	63.497	89.209	63.497

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaimbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (“AES Corp”), sediada nos Estados Unidos da América.

Os parques geradores em operação da Companhia possuem uma capacidade instalada total de 3.343,6 MW (i) e garantia física de 1.496,8 MWm (i), compostos pelas fontes hidroelétrica, eólica e solar, incluindo 5 MW de capacidade instalada e 1,2 MWm de garantia física de geração distribuída.

Em 30 de junho de 2020, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado, considerando-se os projetos em desenvolvimento, é de 80%, 81%, 85%, 80% e 58% (i), para 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, com preços médios de R\$176/MWh e R\$173/MWh para 2020 e 2021.

(i) As informações não financeiras contidas nessas informações contábeis trimestrais, tais como: MW, MWm e percentual de energia assegurada, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

1.1 Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	132,1
Promissão	1975	3	264,0	98,8
Bariri	1969	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2	80,4	33,2
Limoeiro	1958	2	32,0	14,8
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	1	3,0	1,3
Total		35	2.658,5	1.246,8

(i) As informações não financeiras contidas nessas informações contábeis trimestrais como MW, MW médio, MWh, capacidade instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Comercialização de energia hidroelétrica

A Companhia utiliza-se de estratégia de comercialização de energia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

A estratégia da Companhia é de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo como para gerar valor a Companhia. Adicionalmente, a Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre.

Notas Explicativas

1.2 Geração eólica

Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores (i)	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i) e (ii)
Eólico									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Total							230	386,1	183,6

(i) As informações não financeiras contidas nessas informações contábeis trimestrais como MW, MW médio, MWh, capacidade instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Em janeiro de 2020, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 183,6 MWm (184,7 MWm em 31 de dezembro de 2019).

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste entraram no Leilão de Energia de Reserva de 2010 (“LER”) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, e, portanto, estão 100% contratadas até 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço entraram no Leilão de Energia Nova de 2011 (“LEN”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, e portanto, estão 100% contratadas, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2020, a comercialização de energia contratada do Complexo Eólico Alto Sertão II no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh) (i)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.500	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.644	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	129.125	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.609	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.740	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.718	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			669.336					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	122.098	161,86	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	85.205	160,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.611	160,86	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.949	160,81	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	43.042	162,72	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.219	161,53	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.651	161,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.070	159,57	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	78.178	158,93	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			910.023					
Total			1.579.359					

(i) A informação não financeira MWh não foi auditada pelos auditores independentes.

1.3 Geração solar

Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MWm (i)
Solar									
Guaimbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Total							110	150	29,5

(i) As informações não financeiras MW e MWm não foram auditada pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2020, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh) (i)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	281,67	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	281,67	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	288,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	288,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	288,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Subtotal			259.130					

Notas Explicativas

Complexo Solar Ouroeste - Planta Solar Boa Hora

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MWm (i)
Solar								
Boa Hora 1	LER 09/2015	239/2016	09/06/16	08/06/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Total							69	15,9

(i) As informações não financeiras MW e MWm não foram auditada pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2020, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh) (i)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Boa Hora 1	8º LER/2015	CCEE	46.555	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 2	8º LER/2015	CCEE	46.555	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 3	8º LER/2015	CCEE	46.555	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Subtotal			139.665					

(i) A informação não financeira MWh não foi auditada pelos auditores independentes.

Na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Complexo Solar Ouroeste - Planta AGV Solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MWm (i)
Solar								
AGV IV	LEN 04/2017	244/2018	11/06/18	10/06/2053	35 anos	2020	15	4,0
AGV V	LEN 04/2017	243/2018	11/06/18	10/06/2053	35 anos	2020	30	7,9
AGV VI	LEN 04/2017	242/2018	11/06/18	10/06/2053	35 anos	2020	30	7,9
Total							75	19,8

(i) As informações não financeiras MW e MWm não foram auditada pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2020, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh) (i)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	157,44	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	157,44	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	158,71	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
Subtotal			173.924					

(i) A informação não financeira MWh não foi auditada pelos auditores independentes.

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica. Em junho de 2018, a Planta AGV Solar (“Fase 2”) obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

Notas Explicativas

A Companhia está se beneficiando da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar utilizando sua plataforma de comercialização, sendo que a energia produzida está sendo alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. Em dezembro de 2019, essas controladas firmaram contrato de compra e venda de energia com a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 27 (item vi).

1.4 Aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano

Em 08 de março de 2019, a Companhia assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R\$1.000 para aquisição de um *pipeline* de projetos de geração eólica. A opção de compra conferia o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW médios de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield*, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma proporcional (*pay-per-use*) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia firmou com a Unipar Carbocloro S.A (“Unipar”) um Acordo de Investimento para a constituição de uma *joint venture* com controle compartilhado, cujo objeto será a geração de energia eólica no modelo de autoprodução. O projeto possui 155 MW médios de capacidade eólica instalada, equivalentes a 78 MW médios de garantia física à P50 e prevê um Contrato de Compra e Venda de Energia no mercado livre de 60MW médios pelo período de 20 anos com início em 2023. A *joint venture* será estruturada após o cumprimento das condições precedentes, com início de construção previsto para 2021.

Em 02 de dezembro de 2019, a Companhia assinou com a Anglo American Niquel Brasil S.A (“Anglo”) um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Companhia utilizará 167,4MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada a P50.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia exerceu parcialmente a opção de compra para aquisição de 8 SPE's que representam 483,6MW, no valor de R\$100.379 em 14 de janeiro de 2020, assinou o *Sales and Purchase Agreement* (“SPA”), condicionado o *closing* da transação à reestruturação societária das SPE's. As SPE's serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia de longo prazo acima mencionados.

O processo de aquisição foi concluído em 13 de fevereiro de 2020, após as condições precedentes terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido, diretamente pela Companhia, que posteriormente, via aumento de capital, transferiu este controle para as controladas diretas Tucano Holding I e Tucano Holdings II, com exceção da Tucano F5, que permaneceu como uma controlada direta da Companhia. As novas Companhias serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA's de longo prazo já contratados de Unipar e Anglo. Em relação à controlada direta Tucano F5, apesar da energia ainda não estar contratada, existem negociações avançadas para projetos de autoprodução e PPAs de longo prazo. O projeto total tem a capacidade de energia eólica de 483,6 MW médios.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$100.379, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$21.749. O saldo remanescente de R\$78.630 será pago em 9 parcelas, encerradas em julho de 2022, e será reajustado anualmente pelo IPCA. Não há nenhuma consideração contingente.

A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram afetadas a partir de 13 de fevereiro de 2020, data da aquisição, conforme estipulado em documento denominado Memorando de Fechamento.

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$100.379 como investimento adquirido pela Companhia, sendo R\$7.202 relacionado a acervo líquido adquirido e R

Notas Explicativas

\$93.177 relacionado a direito e estudos, dos quais R\$66.919 foram cedidos via aporte de capital nas controladas diretas Tucano Holding I e Tucano Holding II, nos montantes de R\$32.171 e R\$34.748, respectivamente, permanecendo o investimento na controlada direta Tucano F5, no montante de R\$33.460. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os direitos e estudos, no montante de R\$93.177, estão sendo apresentados como intangível (vide nota explicativa nº 12).

Adicionalmente, em março de 2020, as SPEs de Tucano executaram um Contrato de *Turbine Supply Agreement* ("TSA") com a Siemens Gamesa Energia Renováveis Ltda ("Siemens Gamesa") para a construção do Complexo Eólico Tucano, com capacidade de 483,6 MW médios e valor total de R\$1.042.691. Em 13 de março as SPEs executaram um Contrato de *Equity Support Agreement* ("ESA"), com o cotista indireto/compartilhado da Companhia, que estabelece a obrigação da Companhia de prover contribuições de capital aplicáveis às SPEs, no valor equivalente a 80% do valor do contrato, quando as SPEs não cumprirem a obrigação de pagamento, observando o período de cura de 10 dias úteis a partir da data de recebimento da notificação da Siemens Gamesa.

1.5 Complexo Eólico Cajuína

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

1.6 Geração distribuída

A controlada direta AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda ("Tietê Inova") assinou contratos de Geração Distribuída, conforme segue: (i) 5 MW médios de capacidade instalada em operação comercial desde 16 de dezembro de 2019; (ii) 5,3 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o segundo semestre de 2020; (iii) 3,2 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2020; e (iv) Contrato para desenvolvimento de um projeto de estacionamento solar ("Carport"), com a potência de 537,6 kWp e que entrou em operação em agosto de 2019.

Aquisição de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova assinou contrato de aquisição de duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de Geração Distribuída ("GD") em estágio avançado de desenvolvimento.

O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2019, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas. O valor total de aquisição foi de R\$8.750, sendo pagos R\$7.500 na data da aquisição com recursos disponíveis em caixa e R\$1.250 pagos em 07 de fevereiro de 2020, quando as pendências condicionantes à viabilidade de um dos projetos foram sanadas. As empresas adquiridas tiveram suas denominações alteradas para AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Inova I"), com 12 MW de potência e AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Inova II") com projetos de potência total de 9,9 MW, totalizando 21,9 MW.

A transação identificada foi uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

1.7 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

Notas Explicativas

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade da Companhia cumprir o saldo remanescente de 81 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) implementação de empreendimentos de geração distribuída. Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011, 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012, dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios, aquisição em 2018 do Complexo Solar Guaimbê, com 150 MW e construiu em 2019 o Complexo Ouroeste com 150 MW, ambos no Estado de São Paulo.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas Informações Contábeis intermediárias

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em abril de 2020 o Fundo Monetário Internacional projetou desacelerações relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -3% de queda no crescimento mundial e -5,3% no Brasil.

No período findo em 30 de junho de 2020, a extensão do impacto econômico da pandemia começou a se materializar em mercados da Companhia na segunda quinzena de março. Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia, portanto, no período findo em 30 de junho de 2020, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Companhia. Dessa forma, não há qualquer indicação de redução ao valor recuperável dos ativos. O portfólio de contratos da Companhia possui cerca de 20% de seus contratos no ambiente regulado, sujeitos portanto às soluções sistêmicas para mitigação de eventual redução de receita que estão sendo trabalhadas pelo Governo, mas que até agora não trouxe nenhum impacto para Companhia. O restante de seus contratos, equivalentes a cerca de 80% da receita, estão no mercado livre de energia. Neste mercado, a Companhia possui um portfólio de clientes diversificado e coberturas que reforçam a manutenção da sua liquidez, como por exemplo as garantias que temos em nossos contratos de venda de energia aos clientes.

Notas Explicativas

A Companhia sempre manteve liquidez significativa e, dado o momento de crise, em abril de 2020 captou R\$500.000 em notas promissórias, de forma a garantir a liquidez e a manutenção de seus planos de investimentos e eventuais cenários de stress.

O COVID-19 também pode ter o efeito de aumentar outros riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, como risco de crédito, liquidez, taxa de juros e de moeda estrangeira, com impacto em nosso nível de endividamento, potenciais inadimplências, a necessidade de gerar fluxos de caixa suficientes e nossa capacidade de levantar capital suficiente para financiar projetos de desenvolvimento e "greenfield", a capacidade de cumprir as cláusulas contratuais contidas nos contratos que regem o endividamento e o impacto da redução ao valor recuperável de ativos de longa duração.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos à medida que as condições mudarem. Apesar de esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria de nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

Projeto Tucano

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição das SPEs do Complexo Eólico Tucano, com preço de aquisição total de R\$100.379 e capacidade de energia eólica de 483,6 MW. Adicionalmente, as SPEs de Tucano executaram um contrato de TSA com a Siemens Gamesa para a construção do Complexo eólico, no valor total do acordo é de R\$1.042.691. Vide na nota explicativa nº 1.4.

Emissão de Notas Promissórias

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril 2020, foram aprovadas as 4ª, 5ª e 6ª emissões de notas promissórias, as quais foram liquidadas em 03 de abril, 08 de abril e 13 de abril de 2020, nos montantes de R\$175.000, R\$175.000 e R\$150.000, respectivamente, totalizando R\$500.000, com a finalidade de reforço de capital de giro da Controladora. As notas promissórias possuem prazo de 1 ano e custo entre CDI+2,80% e CDI+3,00% e não possuem nenhum tipo de garantia.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 05 de agosto de 2020, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

Notas Explicativas

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Notas Explicativas

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Número	Nota explicativa	Justificativa
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
22	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
30.1.2	Hierarquia do valor justo	(a)
30.3 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.3 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.3 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.3 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.3 (c.3)	Risco de reconstrução (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.3 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.3 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.3 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.3 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.3 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
33	Compromissos	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

- (a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, publicadas em 27 de fevereiro de 2020. Em relação aos riscos anteriormente apresentados na nota explicativa nº 30.3, houve atualização em decorrência do COVID-19, divulgados na nota explicativa nº 2 de principais eventos do período.
- (b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações trimestrais.

3.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

Notas Explicativas

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

3.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			30/06/2020	31/12/2019
Controladas diretas:				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Controladas indiretas:				
Controladas indiretas:				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seráima S.A. ("Seráima")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	386	355	6.522	11.145
CDB-DI	–	9.725	6.976	9.725
Operação compromissada	6.220	–	–	10.968
Subtotal	6.606	10.080	13.498	31.838
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	1.469.837	916.434	1.837.822	1.129.800
Fundo de investimentos				
Letra financeira	74.551	97.642	74.551	97.642
LTN e NTN over	77.577	54.416	77.577	54.416
CDB	2.352	2.688	2.352	2.688
Debêntures	36.032	33.925	36.032	33.925
Letra financeira com fluxo	3.747	3.783	3.747	3.783
Letra financeira elegível nível II	612	651	612	651
Letra financeira do tesouro	8.157	8.011	8.157	8.011
Subtotal	1.672.865	1.117.550	2.040.850	1.330.916
Total	1.679.471	1.127.630	2.054.348	1.362.754

Os investimentos de curto prazo em 30 de junho de 2020 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 96,35% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,65% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Consumidores livres	155.278	155.004	159.043	155.312
Mercado de curto prazo (i)	90.184	97.426	140.186	150.648
Contratos de energia eólicos	–	–	29.436	26.498
Contratos de energia solares	–	–	9.945	9.914
Partes relacionadas (nota 27)	787	–	–	–
Serviços prestados	–	–	107	136
Subtotal	246.249	252.430	338.717	342.508
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre (ii)	13.075	13.075	13.075	13.075
Subtotal	13.075	13.075	13.075	13.075
Total	259.324	265.505	351.792	355.583

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 30 de junho de 2020, a Companhia

Notas Explicativas

possui saldos pendentes de recebimentos no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF, divulgado na nota explicativa nº 18.4. Com base em uma avaliação das garantias, histórico de recebimentos e estimativa de recebimento futuro, incluindo riscos de crédito futuros, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

- (ii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à Energia Livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

Controladora						
Saldos vencidos	Saldos vencidos				Total	
	até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias		
CIRCULANTE						
Consumidores livres	153.618	1.627	—	33	—	155.278
Mercado de curto prazo	12.370	16.236	13.104	48.474	—	90.184
Partes relacionadas	787	—	—	—	—	787
Subtotal	166.775	17.863	13.104	48.507	—	246.249
NÃO CIRCULANTE						
Energia livre	—	—	—	—	13.075	13.075
Subtotal	—	—	—	—	13.075	13.075
Total	166.775	17.863	13.104	48.507	13.075	259.324

Consolidado						
Saldos vencidos	Saldos vencidos				Total	
	até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias		
CIRCULANTE						
Consumidores livres	156.950	2.059	—	34	—	159.043
Mercado de curto prazo	12.387	17.570	30.311	52.115	27.803	140.186
Contratos de energia eólicos	28.806	620	—	10	—	29.436
Contratos de energia solares	9.945	—	—	—	—	9.945
Serviços prestados	14	33	60	—	—	107
Subtotal	208.102	20.282	30.371	52.159	27.803	338.717
NÃO CIRCULANTE						
Energia livre	—	—	—	—	13.075	13.075
Subtotal	—	—	—	—	13.075	13.075
Total	208.102	20.282	30.371	52.159	40.878	351.792

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL,

Notas Explicativas

respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Imposto de renda	15.602	7.291	20.432	11.981
Contribuição social	10.168	—	10.555	239
Imposto de renda retido na fonte	10.446	5.550	11.918	6.229
PIS e Cofins	16.367	1.761	19.992	3.249
Outros	8	5	172	1.928
Total	52.591	14.607	63.069	23.626

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balança Patrimonial		Resultado		Balança Patrimonial		Resultado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Tributos ativos:								
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.453	3.649	(1.196)	(1.454)	2.450	3.657	(1.207)	(1.481)
Provisão para processos fiscais	6.537	6.042	495	714	6.538	6.042	496	714
Provisão para processos trabalhistas	1.114	1.247	(133)	109	1.114	1.247	(133)	110
Provisão de benefício a empregados	5.871	4.231	1.640	1.310	5.871	4.231	1.640	1.310
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.028	2.028	—	(1)	2.028	2.028	—	(1)
Provisão para processos cíveis	14.879	14.174	705	369	14.879	14.174	705	370
Créditos fiscais de ágios incorporados	100.051	—	(7.432)	(8.046)	100.051	—	(7.432)	(8.046)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	9.880	11.901	(2.021)	(1.501)	10.566	12.340	(1.774)	(1.501)
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	26.029	26.029	—	—	26.029	26.029	—	—
Ressarcimento de energia	—	—	—	—	3.263	1.641	1.622	761
Prejuízo fiscal e base negativa	—	—	—	—	1.001	1.183	(182)	1.051
Variação cambial não realizada	116	706	(590)	—	116	706	(590)	—
Outros	3.894	3.384	509	(71)	3.930	3.924	6	(71)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(338.875)	(353.212)	14.337	14.972	(338.875)	(353.212)	14.337	14.973
Ativo intangível - uso do bem público	(8.693)	(9.147)	454	453	(8.693)	(9.147)	454	453
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(479)	(2.667)	2.188	374	(479)	(2.667)	2.188	374
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(22.834)	(23.017)	183	246	(22.834)	(23.017)	183	246
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	—	—	—	—	(70)	—	—	—
Outros	(3)	(399)	397	(195)	(2.228)	(1.035)	(1.195)	(164)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(198.032)	(315.051)	9.536	7.279	(195.343)	(311.876)	9.118	9.098
Total Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(198.032)	(315.051)	9.536	7.279	(195.343)	(311.876)	9.118	9.098
Apresentação no balanço patrimonial								
Ativo líquido	—	—			4.865	3.357		
Passivo líquido	(97.981)	(315.051)			(200.208)	(315.233)		
Total	(97.981)	(315.051)			(195.343)	(311.876)		

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	30/06/2020			31/12/2019
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	172.852	(370.884)	(198.032)	(315.051)
AES Tietê Integra	997	–	997	1.190
AES Tietê Inova	947	(91)	856	510
AES Tietê Inova I	23	–	23	11
AES Tietê Inova II	14	–	14	7
Ametista	438	–	438	271
Araças	378	–	378	202
Borgo	64	–	64	32
Caetite	93	–	93	48
Da prata	75	–	75	17
Dourados	440	–	440	274
Espigão	45	–	45	24
Maron	266	–	266	168
Morrão	182	–	182	49
Pelourinho	105	–	105	58
Pilões	325	–	325	208
Seraíma	291	–	291	125
Serra do espinhaço	78	–	78	46
Tanque	62	–	62	(25)
Ventos do nordeste	–	(75)	(75)	(99)
Boa Hora 1	20	–	20	48
Boa Hora 2	13	(17)	(4)	38
Boa Hora 3	12	(27)	(15)	31
Guaimbê I	68	–	68	–
Guaimbê II	38	(2)	36	(14)
Guaimbê III	7	–	7	(12)
Guaimbê IV	3	(1)	2	(9)
Guaimbê V	–	(8)	(8)	(23)
Guaimbê Holding	–	(2.074)	(2.074)	–
Consolidado	177.836	(373.179)	(195.343)	(311.876)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(315.051)	(311.876)
Impacto no resultado	9.536	9.118
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	–	(68)
Saldo em 30 de junho de 2020	(305.515)	(302.826)

Notas Explicativas

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2020		30/06/2019		30/06/2020		30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	(60.147)	(22.083)	(37.065)	(13.654)	(66.648)	(25.488)	(40.745)	(15.687)
Diferidos	6.971	2.565	5.312	1.967	6.540	2.578	6.581	2.517
Total	(53.176)	(19.518)	(31.753)	(11.687)	(60.108)	(22.910)	(34.164)	(13.170)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	266.972	266.972	140.892	140.892	277.296	277.296	144.786	144.786
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(56.921)	(56.921)	(16.416)	(16.416)	—	—	—	—
Ajuste lucro presumido	—	—	—	—	(47.988)	(39.715)	(37.493)	(31.804)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	—	—	—	—	5.688	5.688	39.141	39.141
Amortização da mais valia em combinação de negócios	3.037	3.037	(2.746)	(2.746)	3.037	3.037	(705)	(705)
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	2.263	2.263	1.967	1.967	5.035	5.035	1.967	1.967
Juros capitalizados de controladas	—	—	—	—	(386)	(386)	(13.418)	(13.418)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(3.703)	—	—	—	(3.703)	—	—	—
Outras	1.519	1.511	155	155	3.274	3.621	358	354
Total das adições (exclusões)	(53.805)	(50.110)	(17.040)	(17.040)	(35.043)	(22.720)	(10.150)	(4.465)
Resultado ajustado	213.167	216.862	123.852	123.852	242.253	254.576	134.636	140.321
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(53.292)	(19.518)	(30.963)	(11.147)	(60.563)	(22.912)	(33.659)	(12.629)
Incentivos fiscais	112	—	713	—	112	—	713	—
Ajustes P&D	—	—	(1.516)	(540)	8	5	(1.516)	(540)
Outros	4	—	13	—	335	(3)	298	(1)
Total da despesa com tributos	(53.176)	(19.518)	(31.753)	(11.687)	(60.108)	(22.910)	(34.164)	(13.170)
Alíquota efetiva	19,9%	7,3%	22,5%	8,3%	21,7%	8,3%	23,6%	9,1%

7.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais	526.461	520.773
Base negativa de contribuição social	526.461	520.773
Diferenças temporárias	27.646	21.686

Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

7.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Notas Explicativas

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	30/06/2020			31/12/2019
	Ágio	Provisão	Valor	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(141.770)	93.568	(48.202)	(43.713)
Subtotal	177.794	(117.344)	60.450	64.939
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(701.511)	469.737	(231.774)	(229.176)
Subtotal	106.793	(71.827)	34.966	37.564
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(68.791)	45.403	(23.388)	(23.043)
Subtotal	13.629	(8.994)	4.635	4.980
Total	298.216	(198.165)	100.051	107.483

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>107.483</u>
Amortização	(22.153)
Reversão	14.721
Saldo em 30 de junho de 2020	<u><u>100.051</u></u>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

Para melhor apresentação dos créditos fiscais de ágios incorporados, a Companhia reclassificou os saldos para a rubrica "Tributos diferidos" no passivo não circulante.

Notas Explicativas

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais (i)	757	39.388	757	39.388
Garantias de financiamento (ii)	–	–	–	7.513
Subtotal	757	39.388	757	46.901
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais (i)	–	19.054	76.103	19.054
Garantias de financiamento (ii)	36.514	17.175	93.239	73.146
Cauções e depósitos vinculados (nota 18.1)	16.614	15.212	16.649	15.231
Subtotal	53.128	51.441	185.991	107.431
Total	53.885	90.829	186.748	154.332

(i) Os compromissos contratuais são compostos principalmente por R\$76.103 relacionado a garantias oferecidas para o contrato de construção do Complexo Eólico Tucano. Para maiores detalhes acerca da aquisição e construção deste Complexo Eólico, vide nota explicativa nº 1.4.

(ii) Na Controladora, o saldo refere-se à Conta Reserva do Serviço da Dívida, que destina-se aos pagamentos de principal e juros e que deve ter saldo equivalente de até duas parcelas do serviço da dívida e da Conta Complementação do ICSD, referentes à 8ª emissão de debêntures. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem ser aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média de 96,82% do CDI, para a Companhia. No Consolidado, além do mencionado na Controladora, o saldo também refere-se às Contas Reservas de O&M, que destina-se aos pagamentos das obrigações do Contrato de Operação e Manutenção e Conta Reserva de Debêntures, que destina-se ao pagamento do serviço da dívida, do Complexo de Alto Sertão II. Em 30 de junho de 2020, esses compromissos financeiros foram cumpridos.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no período findo em 30 de junho de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.829	154.332
Adições (i)	41.917	179.290
Atualizações	1.324	2.484
Baixas e resgates (ii)	(80.185)	(149.358)
Saldo em 30 de junho de 2020	53.885	186.748

(i) Na controladora, as adições referem-se principalmente às garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture, no montante de R\$40.695. Já no consolidado, R\$61.660 refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, R\$76.103 refere-se às garantias relativas ao contrato de construção do Complexo Eólico Tucano e R\$19.668 à garantia de performance do Complexo Solar Guaimbê, mencionada acima.

(ii) Na controladora, os resgates referem-se principalmente à decisão desfavorável proferida em junho de 2020 em relação à arbitragem A do Complexo Eólico Alto Sertão II (vide nota explicativa nº 18.1 (e)), cujas garantias contratuais previstas no SPA no montante de R\$58.247 foram resgatadas após acordo entre as partes e, aos resgates de garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture no montante de R\$21.860. Já no consolidado, refere-se também a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II no montante de R\$69.173.

Notas Explicativas

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE				
Almoxarifado	3.720	3.788	13.113	15.131
Despesas pagas antecipadamente	8.630	2.156	10.121	2.459
Ressarcimento - conta de energia (i)	—	—	1.144	1.099
Dividendos a receber (nota 27)	2.274	2.273	—	—
Outros ativos a receber de partes relacionadas (nota 27)	134	149	—	—
Instrumentos financeiros derivativos (nota 28)	—	—	206	—
Outros	2.665	7.161	8.960	10.681
Subtotal	17.423	15.527	33.544	29.370
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de partes relacionadas (nota 27)	13.789	13.668	—	—
Ressarcimento - conta de energia (i)	—	—	3.096	4.801
Despesas pagas antecipadamente	2.194	1.396	2.194	1.415
Outros	4	112	5.807	2.057
Subtotal	15.987	15.176	11.097	8.273
Total	33.410	30.703	44.641	37.643

(i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (i)	3.015.809	2.772.007
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (ii)	61.903	31.517
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (iii)	52.174	53.597
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iv)	110.866	113.902
Total	3.240.752	2.971.023

- (i) Inclui adiantamento para futuro aumento de capital para a controlada direta Nova Energia, no montante de R\$854.409.
- (ii) Direitos contratuais dos Complexos Boa Hora, Alto Sertão II e Tucano F5, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 12.
- (iii) Direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

- (iv) Ajuste a valor justo na aquisição do Complexo Alto Sertão II, composto por: (a) mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$111.495 e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630), totalizando R\$110.865. A mais valia das máquinas e equipamentos está sendo amortizada com base na taxa divulgada pelo Órgão Regulador e amortizada a uma taxa de 4,75% ao ano. No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de "Imobilizado, líquido" e os custos de emissão para a rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures".

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2020 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.772.007	31.517	53.597	113.902	2.971.023
Equivalência patrimonial	56.921	–	–	–	56.921
Aumento de capital	184.323	–	–	–	184.323
Aquisição de controladas	7.202	–	–	–	7.202
Direitos e estudos (nota 12)	–	93.177	–	–	93.177
Acervo líquido e direito e estudos cedidos para aumento de capital	(4.969)	(61.950)	–	–	(66.919)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(521)	(1.423)	–	(1.944)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	–	(320)	–	(3.036)	(3.356)
Outros resultados abrangentes	325	–	–	–	325
Saldo em 30 de junho de 2020	3.015.809	61.903	52.174	110.866	3.240.752

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Equivalência patrimonial	Acervo líquido adquirido	Aumento de capital (i)	Direito e estudos	Acervo líquido e direito e estudos cedidos para aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	Saldo em 30 de junho de 2020
Nova Energia	1.593.164	27.730	–	20	–	–	–	–	(3.356)	1.617.558
Boa Hora 1	106.723	5.028	–	–	–	–	–	(549)	–	111.202
Boa Hora 2	110.191	5.589	–	–	–	–	–	(549)	–	115.231
Boa Hora 3	146.427	4.596	–	–	–	–	–	(549)	–	150.474
Tietê Integra	4.816	949	–	655	–	–	–	–	–	6.420
Tietê Inova	44.244	248	–	15.713	–	–	136	–	–	60.341
Guaimbê Holding	676.097	8.146	–	–	–	–	–	–	–	684.243
AGV Solar IV	78.201	(403)	–	2.080	–	–	41	–	–	79.919
AGV Solar V	105.379	3.031	–	–	–	–	56	–	–	108.466
AGV Solar VI	105.794	2.628	–	70	–	–	92	–	–	108.584
Tucano Holding I	(13)	(302)	–	79.557	–	–	–	–	–	79.242
Tucano Holding II	–	(318)	–	85.455	–	–	–	–	–	85.137
Tucano F1	–	–	724	–	8.284	(9.008)	–	–	–	–
Tucano F2	–	–	518	–	7.204	(7.722)	–	–	–	–
Tucano F3	–	–	605	–	8.404	(9.009)	–	–	–	–
Tucano F4	–	–	605	–	8.404	(9.009)	–	–	–	–
Tucano F5	–	(1)	2.233	773	31.227	–	–	(297)	–	33.935
Tucano F6	–	–	689	–	9.606	(10.295)	–	–	–	–
Tucano F7	–	–	1.139	–	10.443	(11.582)	–	–	–	–
Tucano F8	–	–	689	–	9.605	(10.294)	–	–	–	–
	2.971.023	56.921	7.202	184.323	93.177	(66.919)	325	(1.944)	(3.356)	3.240.752

Notas Explicativas

- (i) Os aumentos de capital nas controladas Tucano Holding I, Tucano Holding II e Tucano F5, no montante de R\$165.785, referem-se principalmente à aquisição e construção do Complexo Eólico Tucano.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado (i)
Nova Energia (ii)	596.756.905	100%	543.209	1.489.466	1.489.466	27.730	27.730
Guaimbê Solar Holding	661.244.534	100%	661.245	684.172	684.172	8.146	8.146
Tietê Integra	8.000.100	100%	7.220	6.421	6.421	949	949
Tietê Inova	58.950.997	100%	58.951	58.207	60.343	(109)	248
Boa Hora 1	7.586.395.435	100%	75.864	85.278	89.223	5.111	5.028
Boa Hora 2	7.903.933.876	100%	79.039	89.405	93.350	5.672	5.589
Boa Hora 3	11.553.845.402	100%	115.538	124.533	128.478	4.679	4.596
AGV Solar IV	99.000.500	100%	76.520	75.399	79.921	(310)	(403)
AGV Solar V	100.518.058	100%	100.518	103.944	108.466	3.124	3.031
AGV Solar VI	102.919.171	100%	102.919	104.061	108.583	2.721	2.628
Tucano F5	167.174.414	100%	3.006	3.006	3.006	(1)	(1)
AES Tucano Holding I	651.647.997	100%	79.557	79.243	79.243	(302)	(302)
AES Tucano Holding II	703.781.048	100%	85.455	85.137	85.137	(318)	(318)
Total				2.988.272	3.015.809	57.092	56.921

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis intermediárias individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado”.
- (ii) O valor do patrimônio líquido inclui adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$854.409.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
30/06/2020				31/12/2019
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.923.382	(2.060.103)	863.279
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	670.446	(501.074)	169.372
Máquinas e equipamentos	3,7%	2.174.784	(933.885)	1.240.899
Veículos	17,1%	9.042	(7.225)	1.817
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.256	(4.387)	2.869
Imobilizado em serviço		6.196.691	(3.506.674)	2.690.017
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		21.967	-	21.967
Bens vinculados às concessão e autorizações		6.220.757	(3.506.674)	2.714.083
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	8.170	(1.192)	6.978
Total Imobilizado		6.228.927	(3.507.866)	2.808.342

Consolidado				
30/06/2020				31/12/2019
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	414.887	-	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.923.382	(2.060.103)	863.279
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	752.833	(508.907)	243.926
Máquinas e equipamentos	3,6%	5.023.047	(1.248.636)	3.774.411
Veículos	17,1%	9.042	(7.225)	1.817
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.274	(4.394)	2.880
Imobilizado em serviço		9.130.465	(3.829.265)	5.301.200
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		78.090	-	78.090
Bens vinculados às concessão e autorizações		9.210.654	(3.829.265)	5.381.389
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	8.698	(1.275)	7.423
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	83.746	(3.207)	80.539
Total Imobilizado		9.303.098	(3.833.747)	5.469.351

(i) Principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétrica e novos projetos de geração distribuída e eólicos, incluindo adiamento a fornecedor referente a *downpayment* para montagem dos aerogeradores no Complexo Eólico Tucano. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos, que em 30 de junho de 2020 representa um montante de R\$9.400, líquido de depreciação.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período findo em 30 de junho de 2020 é como segue:

	Controladora						Saldo em 30 de junho de 2020
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras mutações (ii)	
Terrenos (i)	411.781	–	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.646	–	(178)	5.616	–	(2.702)	2.923.382
Edificações, obras civis e benfeitorias	671.261	–	(11)	19	–	(823)	670.446
Máquinas e equipamentos	2.128.571	–	(709)	82.761	–	(35.839)	2.174.784
Veículos	8.803	–	–	239	–	–	9.042
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.256	–	–	–	–	–	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	2.099
Em curso	75.513	32.513	–	(88.635)	2.576	–	21.967
Direito de uso de sede administrativa	7.152	1.018	–	–	–	–	8.170
Subtotal	6.233.082	33.531	(898)	–	2.576	(39.364)	6.228.927
Depreciação/Amortização	(3.424.740)	(83.733)	607	–	–	–	(3.507.866)
Total líquido	2.808.342	(50.202)	(291)	–	2.576	(39.364)	2.721.061

	Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da aquisição de ativos Complexo Eólico Tucano	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras mutações (ii)	Saldo em 30 de junho de 2020
Terrenos (i)	414.887	–	–	–	–	–	–	–	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.646	–	–	–	(178)	5.616	–	(2.702)	2.923.382
Edificações, obras civis e benfeitorias	756.356	–	–	–	(1.674)	(1.026)	–	(823)	752.833
Máquinas e equipamentos	4.962.410	–	–	–	(3.571)	100.047	–	(35.839)	5.023.047
Veículos	8.803	–	–	–	–	239	–	–	9.042
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.274	–	–	–	–	–	–	–	7.274
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	–	–	2.099
Em curso	80.814	6.701	88.383	–	–	(104.876)	7.068	–	78.090
Direito de uso de sede administrativa	7.651	–	1.047	–	–	–	–	–	8.698
Direito de uso de terreno arrendado	57.087	–	26.659	–	–	–	–	–	83.746
Subtotal	9.218.027	6.701	116.089	–	(5.423)	–	7.068	(39.364)	9.303.098
Depreciação/Amortização	(3.682.439)	–	(151.990)	(295)	977	–	–	–	(3.833.747)
Total líquido	5.535.588	6.701	(35.901)	(295)	(4.446)	–	7.068	(39.364)	5.469.351

(i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R \$5.963.

(ii) Refere-se a créditos de Pis e Cofins sobre o custo de aquisição de máquinas, equipamentos e edificações utilizados na atividade operacional, calculados com base no valor residual dos referidos ativos, em contrapartida à rubrica de Tributos a recuperar, linha Pis e Cofins, sendo R\$16.367 compensados parcialmente até 30 de junho de 2020, restando o saldo remanescente de R\$22.996 a ser compensado em 2020.

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Concessão	2.665.903	2.754.113	2.665.903	2.754.113
Autorizações	46.081	45.892	2.713.387	2.718.296
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
Total	2.714.083	2.802.104	5.381.389	5.474.508

12. INTANGÍVEL

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora				
	30/06/2020				31/12/2019
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(47.605)	25.569	26.902
Software e outros intangíveis	21,1%	54.910	(39.913)	14.997	14.603
		128.084	(87.518)	40.566	41.505

	Consolidado				
	30/06/2020				31/12/2019
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(47.605)	25.569	26.902
Direitos contratuais de solares (ii)	4,9%	135.871	(14.705)	121.166	124.465
Direito de exploração de autorização (iii)	3,0%	24.421	(1.768)	22.653	23.023
Intangível gerado na combinação de negócios (iv)	3,4%	19.073	(1.875)	17.198	17.519
Direitos e estudos (v)	2,9%	93.177	(887)	92.290	–
Direitos contratuais de geração distribuída (vi)	3,2%	8.725	(235)	8.490	8.631
Software e outros intangíveis	21,1%	58.503	(40.292)	18.211	18.006
		412.944	(107.367)	305.577	218.546

(i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(ii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

(iii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora e Guaimbê, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

Notas Explicativas

- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito e estudos decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.
- (vi) Refere-se à aquisição pela controlada direta Tietê Inova de direito de contratos de geração distribuída, amortizados até 2050 com base no prazo remanescente de cessão dos terrenos.

Os valores dos itens (ii) a (vi) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

A movimentação do intangível no período findo em 30 de junho de 2020 é como segue:

	Controladora			Total
	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.902	1.308	13.295	41.505
Adições	–	2.066	–	2.066
Amortizações	(1.333)	–	(1.672)	(3.005)
Transferências	–	(1.155)	1.155	–
Saldo em 30 de junho de 2020	25.569	2.219	12.778	40.566

	Consolidado							Total
	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e estudos	Software e outros intangíveis		
						Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.902	133.096	23.023	17.519	–	3.894	14.112	218.546
Adições	–	–	–	–	93.177	2.100	23	95.300
Baixas	–	–	–	–	–	–	(102)	(102)
Amortizações	(1.333)	(3.440)	(370)	(321)	(887)	–	(1.816)	(8.167)
Transferências	–	–	–	–	–	311	(311)	–
Saldo em 30 de junho de 2020	25.569	129.656	22.653	17.198	92.290	6.305	11.906	305.577

Notas Explicativas

13. FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	1.163.247	1.118.967	1.163.247	1.118.967
Energia elétrica comprada para revenda	28.087	25.922	29.490	26.000
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 27)	2.931	4.078	–	–
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	10.694	9.875	12.527	12.075
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	3.080	3.024	3.080	3.024
Subtotal	1.208.039	1.161.866	1.208.344	1.160.066
Materiais e Serviços	23.224	28.228	68.046	67.939
Materiais e Serviços - partes relacionadas (nota 27)	1	325	1	325
Total	1.231.264	1.190.419	1.276.391	1.228.330

- (i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos da CCEE, decorrentes dos efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$951.471 (R\$952.943 em 31 de dezembro de 2019). Como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica “Fornecedores” quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE. Esse valor está sendo atualizado pelo IGP-M pela Companhia.

Até 30 de junho de 2020, foi reconhecido no resultado financeiro de 2020 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$45.752 (R\$40.182 em 30 de junho de 2019), vide nota explicativa nº 26. O passivo total estimado até 30 de junho de 2020 corresponde a R\$1.163.247 (R\$1.118.967 em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 18.4.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 19 cartas de fiança no valor total de R\$7.431 e 19 seguros garantia no valor de R\$99.289, totalizando uma importância segurada de R\$106.720, com custo de 0,35% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Imposto de renda	60.139	5.319	63.592	7.648
Contribuição social	22.083	2.520	24.089	3.806
INSS	6.220	2.281	6.372	2.421
PIS e Cofins	9.511	8.263	16.408	9.508
FGTS	1.595	676	1.600	680
Outros	4.136	1.716	4.665	2.233
Total	103.684	20.775	116.726	26.296

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II e as SPEs de Tucano são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. Por

Notas Explicativas

sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II, Guaimbê Holding e as SPEs de Tucano precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPE's dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II e Guaimbê é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Controladora								
		30/06/2020								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.272	359.302	(2.181)	358.393	—	—	—	358.393
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	6.811	—	(1.067)	5.744	200.436	(2.352)	198.084	203.828
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.666	—	(420)	4.246	348.931	(1.130)	347.801	352.047
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	12.492	—	(1.499)	10.993	750.000	(1.865)	748.135	759.128
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.524	14.535	(1.404)	14.655	196.633	(9.173)	187.460	202.115
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	16.443	—	(392)	16.051	1.380.000	(2.549)	1.377.451	1.393.502
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.719	—	(2.372)	6.347	658.218	(25.352)	632.866	639.213
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	2.433	—	(659)	1.774	183.690	(7.115)	176.575	178.349
Subtotal			54.360	373.837	(9.994)	418.203	3.717.908	(49.536)	3.668.372	4.086.575
Emissão de Notas Comerciais										
4ª Emissão	2020	CDI + 3,80%	2.345	175.000	(1.227)	176.118	—	—	—	176.118
5ª Emissão	2020	CDI + 4,29%	2.286	175.000	(1.613)	175.673	—	—	—	175.673
6ª Emissão	2020	CDI + 4,41%	1.880	150.000	(1.529)	150.351	—	—	—	150.351
Subtotal			6.511	500.000	(4.369)	502.142	—	—	—	502.142
Total da dívida			60.871	873.837	(14.363)	920.345	3.717.908	(49.536)	3.668.372	4.588.717

Notas Explicativas

		Controladora								
		31/12/2019								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	–	–	–	354.165
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	–	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	–	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	–	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	–	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	–	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	–	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
Total da dívida			65.770	371.554	(11.904)	425.420	3.716.174	(53.366)	3.662.808	4.088.228

		Consolidado								
		30.06.2020								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.272	359.302	(2.181)	358.393	–	–	–	358.393
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	6.811	–	(1.067)	5.744	200.436	(2.352)	198.084	203.828
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.666	–	(420)	4.246	348.931	(1.130)	347.801	352.047
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	12.492	–	(1.499)	10.993	750.000	(1.865)	748.135	759.128
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.524	14.535	(1.404)	14.655	196.633	(9.173)	187.460	202.115
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	16.443	–	(392)	16.051	1.380.000	(2.549)	1.377.451	1.393.502
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.719	–	(2.372)	6.347	658.218	(25.352)	632.866	639.213
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	2.433	–	(659)	1.774	183.690	(7.115)	176.575	178.349
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	249	24.230	(146)	24.333	53.509	(658)	52.851	77.184
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	241	13.143	(139)	13.245	59.649	(628)	59.021	72.266
Subtotal			54.850	411.210	(10.279)	455.781	3.831.066	(50.822)	3.780.244	4.236.025
Emissão de Notas Comerciais										
4ª Emissão	2020	CDI + 3,80%	2.345	175.000	(1.227)	176.118	–	–	–	176.118
5ª Emissão	2020	CDI + 4,29%	2.286	175.000	(1.613)	175.673	–	–	–	175.673
6ª Emissão	2020	CDI + 4,41%	1.880	150.000	(1.529)	150.351	–	–	–	150.351
Subtotal			6.511	500.000	(4.369)	502.142	–	–	–	502.142
Total da dívida			61.361	911.210	(14.648)	957.923	3.831.066	(50.822)	3.780.244	4.738.167

Notas Explicativas

		Consolidado								
		31.12.2019								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	260	24.085	(127)	24.218	65.237	(637)	64.600	88.818
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	236	12.051	(121)	12.166	66.339	(606)	65.733	77.899
4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	—	—	—	354.165
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	—	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	—	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	—	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	—	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	—	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	—	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
Total das debêntures			66.266	407.690	(12.152)	461.804	3.847.750	(54.609)	3.793.141	4.254.945

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.088.228	—	4.088.228	4.254.945	—	4.254.945
Ingressos	—	500.000	500.000	—	500.000	500.000
Encargos financeiros	107.330	6.511	113.841	113.508	6.511	120.019
Variação monetária	11.166	—	11.166	12.141	—	12.141
Pagamento de principal	(7.148)	—	(7.148)	(25.305)	—	(25.305)
Pagamento de encargos financeiros	(118.739)	—	(118.739)	(124.923)	—	(124.923)
Diferimento custos de transação	(64)	(5.578)	(5.642)	(295)	(5.578)	(5.873)
Amortização custos de transação	5.802	1.209	7.011	5.954	1.209	7.163
Saldo em 30 de junho de 2020	4.086.575	502.142	4.588.717	4.236.025	502.142	4.738.167

Notas Explicativas

15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Controladora	4ª Emissão (3ª série)	301.758	15/12/2015	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	359.302	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	100.218 100.218	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/04/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	174.466 174.466	Abril de 2023 Abril de 2024	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
Controladora	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/02/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000 375.000	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/05/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	211.168	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora	9ª Emissão Debêntures (1ª série)			CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	15/03/2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	658.218	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e
Controladora	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	183.690	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	implementação dos projetos Guaimbê e AGV
Controladora	4ª Emissão de Notas Comerciais	175.000	03/04/2020	CDI + 2,80%	Única	Única	175.000	Abril de 2021	Reforço de capital de giro
Controladora	5ª Emissão de Notas Comerciais	175.000	08/04/2020	CDI + 3,00%	Única	Única	175.000	Abril de 2021	Reforço de capital de giro
Controladora	6ª Emissão de Notas Comerciais	150.000	13/04/2020	CDI + 3,00%	Única	Única	150.000	Abril de 2021	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	77.739 72.792	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

(i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

Notas Explicativas

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI	2.665.446	57,29	2.172.796	52,31	2.665.446	55,49	2.172.796	50,28
IPCA	1.987.170	42,71	1.980.702	47,69	2.138.191	44,51	2.148.910	49,72
Total	4.652.616	100,00	4.153.498	100,00	4.803.637	100,00	4.321.706	100,00

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2021	26.598	(4.353)	22.245
2022	525.470	(8.333)	517.137
2023	688.918	(7.159)	681.759
2024	212.777	(6.726)	206.051
2025	36.374	(7.201)	29.173
Após 2025	2.340.929	(17.050)	2.323.879
	3.831.066	(50.822)	3.780.244

15.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	30/06/2020	31/12/2019
CDI (índice do último dia útil do período)	2,15%	4,40%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,94%	5,57%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	2,13%	4,31%

Notas Explicativas

15.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures.

Adicionalmente, conforme definidos nos contratos, a Companhia e sua controlada indireta Tietê Eólica acompanham *covenants* qualitativos, os quais em 30 de junho de 2020, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Emissões - AES Tietê Energia S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 30/06/2020
4ª, 5ª e 6ª Emissões de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5x$ ou $\leq 3,85x$ em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro	2,36x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$	4,25x
7ª Emissão de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0x$, sendo que em caso de Evento de Investimento (ii) pela emissora, o índice assume os seguintes limites: (a) $\leq 4,5x$ durante o período de 12 meses; (b) $\leq 4,25x$ do 13º ao 24º mês; e (c) $\leq 4,0x$ até a data de vencimento	2,36x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	4,25x
8ª Emissão de debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida da 8ª Emissão da Companhia. A periodicidade da verificação deste índice é anual, com base nas demonstrações contábeis dessas SPEs e da Companhia.	ICSD: $\geq 1,2x$	1,22 (iii)
9ª Emissão de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,36x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	4,25x
4ª Emissão de Notas Comerciais	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,36x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	4,25x
5ª Emissão de Notas Comerciais	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,36x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	4,25x
6ª Emissão de Notas Comerciais	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,36x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	4,25x
Emissões - AES Tietê Eólica S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 30/06/2020
1ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	4,59 (iv)

- (i) EBITDA ajustado: significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado antes dos tributos sobre o lucro” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado pró-forma do ativo adquirido, consolidado com o

Notas Explicativas

da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

- (ii) Evento de investimento: Significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.
- (iii) O ICSD deve ser igual ou superior a 1,2 vez e, nas demonstrações financeiras contábeis de 31 de dezembro de 2019 foi divulgado um depósito em conta de complementação do ICSD, cumprindo-se o índice, conforme previsto na escritura da 8ª emissão e no contrato de cessão fiduciária. A Companhia, em 16 de abril de 2020, manteve nesta conta, o valor de R\$18.300, valor necessário para que o índice seja cumprido e superior a 1.2 vez.
- (iv) Condições Restritivas: A controlada indireta Tietê Eólica possui debênture de infraestrutura com cláusulas de condições restritivas, tais como não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima do dividendo mínimo obrigatório, que representa 1% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) preenchidas as contas pagamento debêntures, contas reservas de debêntures e O&M; (ii) atingido o ICSD mínimo de 1,30 vez; e (iii) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; e (iv) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011. Uma vez que todos os itens acima forem cumpridos, a Companhia poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório. Em 30 de junho de 2020, este índice financeiro foi cumprido.

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado no período findo em 30 de junho de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.223	62.727
Ingressos (i)	1.017	27.706
Encargos financeiros	1.378	4.793
Pagamento de principal	(1.339)	(4.206)
Saldo em 30 de junho de 2020	21.279	91.020

- (i) Refere-se principalmente a contratos de arrendamentos do Complexo Eólico Tucano, no montante de R\$23.368, os quais atendem aos requisitos contábeis de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento por existir o direcionamento do uso do bem e ser provável de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do arrendamento.

Notas Explicativas

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2020	410	565
2021	429	663
Subtotal	839	1.228
NÃO CIRCULANTE		
2021	447	619
2022	953	1.538
2023	1.038	1.765
2024	1.130	1.930
2025	1.231	2.111
Após 2025	15.641	81.829
Subtotal	20.440	89.792
Total	21.279	91.020

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$7.201 e R\$6.722, totalizando R\$13.923 (nota explicativa nº27). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, conforme demonstrado na nota explicativa de partes relacionadas nº 27, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

17. OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Funcesp é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tietê, que trata do fechamento às novas adesões. O novo regulamento tem início de vigência em 1º de junho de 2019. Adicionalmente, nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da

Notas Explicativas

privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

17.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Controladora			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Custo dos serviços correntes	1.118	2.235	963	1.925
Custo dos juros	10.147	20.294	10.124	20.248
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(8.461)	(16.922)	(9.385)	(18.771)
Total das despesas benefício definido	2.804	5.607	1.702	3.402
Contribuição definida	377	695	231	484
Total da despesa no período	3.181	6.302	1.933	3.886

	Consolidado			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Custo dos serviços correntes	1.118	2.235	963	1.925
Custo dos juros	10.147	20.294	10.124	20.248
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(8.461)	(16.922)	(9.385)	(18.771)
Total das despesas benefício definido	2.804	5.607	1.702	3.402
Contribuição definida	378	697	233	464
Total da despesa no período	3.182	6.304	1.935	3.866

O custo dos juros e o rendimento sobre o valor justo do ativo do plano são apresentados no resultado financeiro, na rubrica "Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos". O custo dos serviços correntes e contribuição definida são apresentados sob a rubrica "Entidade de previdência privada".

17.2 Movimentações do passivo (ativo) registrado

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Saldo no início do período	89.001	32.139
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	5.607	6.804
Pagamentos de contribuições	(783)	(1.505)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	—	51.563
Saldo no final do período	93.825	89.001

17.3 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Notas Explicativas

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhista (a)	3.275	3.669	177	1.057	3.275	3.669	177	1.057
Meio ambiente (b)	2.499	741	—	—	2.499	741	—	—
Regulatório (c)								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	—	36.031	—	—	—	36.031	—	—
Despacho 288 (c.2)	39.763	37.893	—	—	39.763	37.893	—	—
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.033	5.997	—	—	6.033	5.997	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	15.251	13.830	15.138	13.689	15.251	13.830	15.138	13.689
Cível (e)								
Arbitragens (e)	—	—	—	—	—	39.752	—	—
Outros processos cíveis	3.999	3.794	—	—	3.999	3.794	—	—
Total	70.820	101.955	15.315	14.746	70.820	141.707	15.315	14.746
Circulante	5.107	3.594			5.107	43.346		
Não Circulante	65.713	98.361			65.713	98.361		
Total	70.820	101.955			70.820	141.707		

Os cauções e depósitos vinculados totalizam R\$16.649 em 30 de junho de 2020 (R\$15.231 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado							
	30/06/2020				31/12/2019			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	177	172	1.128	1.477	1.057	165	301	1.523
Fiscal	15.138	—	—	15.138	13.689	—	—	13.689
Cível	—	—	34	34	—	—	19	19
Total	15.315	172	1.162	16.649	14.746	165	320	15.231

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					Total
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.669	741	73.924	19.827	3.794	101.955
Provisão	66	1.454	–	1.186	9	2.715
Atualização monetária	(34)	304	1.870	271	207	2.618
Variação cambial	–	–	(13.458)	–	–	(13.458)
Reversão de provisão	(156)	–	(22.573)	–	–	(22.729)
Pagamentos	(270)	–	–	–	(11)	(281)
Saldo em 30 de junho de 2020	3.275	2.499	39.763	21.284	3.999	70.820

	Consolidado					Total
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.669	741	73.924	19.827	43.546	141.707
Provisão	66	1.454	–	1.186	9	2.715
Atualização monetária	(34)	304	1.870	271	207	2.618
Variação cambial	–	–	(13.458)	–	–	(13.458)
Reversão de provisão	(156)	–	(22.573)	–	–	(22.729)
Pagamentos	(270)	–	–	–	(43.030)	(43.300)
Outros (i)	–	–	–	–	3.267	3.267
Saldo em 30 de junho de 2020	3.275	2.499	39.763	21.284	3.999	70.820

(i) Refere-se à alocação de parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II, que passou da rubrica “Outras obrigações” para “Provisões para processos judiciais”, conforme detalhado no item (e) abaixo.

- (a) Trabalhistas: Existem 93 processos (94 em 31 de dezembro de 2019) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 18 processos (18 em 31 de dezembro de 2019). Em 30 de junho de 2020, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$3.275 (R\$3.669 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2020 e 2023.

- (b) Meio ambiente: Existem 108 processos (108 em 31 de dezembro de 2019) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 97 demandas (98 em 31 de dezembro de 2019), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.499 (R\$741 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2020 e 2024.

- (c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida

Notas Explicativas

em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a Companhia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020 foi realizada a reversão da provisão no valor de R\$54.368, sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial (R\$36.031 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2022.

- (c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2020 corresponde a R\$39.763 (R\$37.893 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

- (d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis intermediárias e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$133.051 (R\$132.194 em 31 de dezembro de 2019) envolvidos na discussão, R\$6.033 (R\$5.997 em 31 de dezembro de 2019) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2021.

Notas Explicativas

(d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de junho de 2020, corresponde a R\$15.251 (R\$13.830 em 31 de dezembro de 2019) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$15.138 (R\$13.689 em 31 de dezembro de 2019). Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

(e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$58.000. Desse montante, R\$22.265 já estavam registrados no balanço patrimonial da adquirida, na rubrica de “Fornecedores”. Tais valores estavam relacionados a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE’s relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época. Como a Companhia efetuou o pagamento dos valores relativos a uma das arbitragens (“arbitragem B”), com a posterior liberação da “escrow” correspondente, permanece em andamento apenas um caso.

O procedimento de arbitragem (“arbitragem A”) foi iniciado em dezembro de 2015, relativo à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Em julho de 2018, foi proferida sentença arbitral julgando procedentes os pedidos das requerentes e improcedentes os pedidos da Renova, determinando a liquidação de parte da sentença para apuração dos valores relativos a determinados pleitos. Em virtude da ausência de pagamento espontâneo, por parte da Renova, com relação à parte líquida da sentença arbitral, foi ajuizada ação judicial para execução de sentença arbitral. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão que deferiu a penhora da quantia atualizada de R\$34.103. Em decorrência, foi bloqueado o montante total disponível nas contas de titularidade das SPE’s o valor total de R\$27.405, sendo o saldo remanescente de R\$6.698 pago diretamente pela Companhia, pois, por ser a atual controladora das SPE’s, é devedora solidária no polo passivo das demandas judiciais. Conforme condição precedente do Memorando de Fechamento da aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, em 2017 a Companhia efetuou depósito de garantias para litígios, assim como o provisionamento das obrigações de aquisição. Em abril de 2019, Companhia ressarciu as SPE’s por meio das “escrows” correspondentes. Atualmente, aguarda-se decisão do juízo quanto a extinção do feito com relação a essa parcela da condenação. Com relação aos pedidos ilíquidos, em 22 de abril de 2019, o assistente técnico apresentou o laudo pericial, apontando que os pleitos outrora tidos como ilíquidos atingem o montante atualizado de R\$41.125. Em 28 de agosto de 2019, ambas as partes apresentaram nova manifestação quanto ao laudo pericial. Importante ressaltar que este montante faz parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II e, por este motivo, estava provisionado em obrigações de aquisições. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável. Os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia reclassificou o referido montante de obrigações de aquisições para processos judiciais. As partes apresentaram manifestações acerca do laudo pericial. Em 08 de abril de 2020, foi proferida sentença arbitral que liquidou os demais pedidos. Em face desta decisão, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos. Em 01 de junho de 2020, foi proferida nova decisão arbitral que julgou improcedentes os pedidos de esclarecimentos e concedeu o prazo de 30 dias para pagamento da condenação. Em 26 de junho de 2020, a Companhia efetuou o pagamento do montante de R\$43.390. Com isso, a discussão em questão encontra-se encerrada.

Notas Explicativas

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	9.182	8.734	73.312	15.341
Fiscal (c)	678.788	665.294	678.788	665.294
Total	687.970	674.028	752.100	680.635

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência

Notas Explicativas

para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

(b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.5.

(b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R \$9.181, atualizado até 31 de junho de 2020 (R\$8.734 em 31 de dezembro de 2019).

(b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 18.1(e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1ª instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$7.131, atualizado até 30 de junho de 2020 (R\$6.607 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

- (b.4) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaimbê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (“Cobra do Brasil”) e as SPEs do Complexo Solar Guaimbê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaimbês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$56.994, sendo (i) R\$28.497 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$28.497 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da Cobra do Brasil, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.
- (c) Fiscal:
- (c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$127.022 de um total de R\$133.051 (R\$126.197 de um total de R\$132.194 em 31 de dezembro de 2019). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de junho de 2020 em R\$50.654. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2020. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2021.
- (c.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$160.073 atualizado até 30 de junho de 2020 (R\$158.540 até 31 de dezembro de 2019). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em relação ao andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

Notas Explicativas

- (c.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de junho de 2020 é de R\$9.559 (R\$9.463 em 31 de dezembro de 2019).
- (c.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2020 é de R\$20.348 (R\$20.178 em 31 de dezembro de 2019).
- (c.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$322.438 atualizado até 30 de junho de 2020. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a Companhia verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 322.438, R\$ 93.065 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$229.373 atribuíveis à Companhia. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável a Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade.
- (c.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$104.271 atualizado até 30 de junho de 2020. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento.

Notas Explicativas

(c.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a Companhia discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à Companhia e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2020 é de R\$8.836.

18.3 Processos fiscais com probabilidade de perda classificada como remoto

A Companhia deve divulgar quaisquer ativos e passivos contingentes relacionados a tributo. Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza fiscal com probabilidade de perda classificada como remoto no montante de R\$302.691 (R\$310.323 em 31 de dezembro de 2019). Para estes processos, não há depósitos judiciais, visto que o prognóstico é classificado como remoto.

18.4 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (Generation Scaling Factor - GSF)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, conseqüentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 passem ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

A Companhia estima que o provável desembolso relacionado a esta discussão é composto pelo passivo registrado sob a rubrica de fornecedores, no montante de R\$1.163.247 (R\$1.118.967 em 31 de dezembro de 2019), deduzido o valor a receber do mercado de curto prazo, no montante de R\$90.184 (R\$97.426 em 31 de dezembro de 2019), totalizando o valor de R\$1.073.063 (R\$1.021.541 em 31 de dezembro de 2019). O passivo registrado refere-se aos montantes recebidos pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os

Notas Explicativas

efeitos das medidas liminares. Já o ativo, refere-se a saldos pendentes de recebimentos relacionadas a transações de energia no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Vide rubrica mercado de curto prazo da nota explicativa nº 5. Com a finalidade de atender possíveis compromissos futuros do GSF, esses montantes recebidos estão mantidos em investimentos, sob a rubrica “Investimentos de curto prazo”. Vide notas explicativas nº 13.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	6	188.675	0,34 a 2,80%
Trabalhista	1	727	0,28%
Cível	2	65.561	0,35%
	9	254.963	

19. ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	9.388	8.552	9.388	8.552
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.167	8.307	10.167	8.307
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	498	506	498	506
Ministério de minas e energia	249	253	249	253
Taxa de fiscalização ANEEL	678	681	860	841
Subtotal	20.980	18.299	21.162	18.459
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.106	9.726	10.106	9.726
Subtotal	10.106	9.726	10.106	9.726
Total	31.086	28.025	31.268	28.185

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ressarcimento passivo (i)	—	—	65.005	43.754
Obrigações de aquisições (ii)	65.734	39.752	65.734	1.250
Participação nos lucros e resultados	7.215	10.733	7.234	10.755
Férias	9.259	7.986	9.283	8.006
Ajuste financeiro MCSO (iii)	—	—	3.269	5.138
Encargos sociais sobre férias e gratificações	4.023	2.818	4.034	2.825
Meio ambiente	1.902	1.927	2.270	2.353
Obrigações especiais (iv)	406	484	406	484
Demais obrigações	4.738	3.511	8.114	11.194
Subtotal	93.277	67.211	165.349	85.759

Notas Explicativas

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ressarcimento passivo (i)	–	–	33.231	9.496
Obrigações de aquisições (ii)	41.823	30.370	41.823	30.370
Obrigações especiais (iv)	1.990	3.426	1.990	3.426
Provisões para desmobilização (v) (nota 11)	–	–	13.465	13.225
Meio ambiente	9.204	9.174	9.885	15.761
Demais obrigações	331	3.732	495	4.414
Subtotal	53.348	46.702	100.889	76.692
Total	146.625	113.913	266.238	162.451

- (i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos.
- (ii) No passivo circulante, o montante atualizado de R\$65.734, refere-se à parcela da contraprestação transferida a ser paga pela aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, detalhada na nota explicativa nº 1.4. Nas obrigações de aquisições do passivo não circulante, R \$27.948 refere-se à aquisição do Complexo Alto Sertão II e R\$13.875 refere-se à aquisição Complexo Eólico Tucano, totalizando R\$41.823.
- (iii) De acordo com o estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A, firmado em 03 de agosto de 2017, a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE. O ressarcimento é atualizado pelo IPCA e será pago até dezembro de 2020.
- (iv) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a.
- (v) Em junho de 2018, a Companhia reconheceu provisão no montante de R\$12.530 em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi de 4,1% na data-base da avaliação.

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	484.392	61,61	484.392	61,61
BNDESPar	113.392	14,42	113.392	14,42
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.675	4,03	31.675	4,03
Outros	156.806	19,94	156.806	19,94
Total das ações ordinárias em circulação	786.265	100,00	786.265	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	1.562	0,13	1.562	0,13
BNDESPar	453.554	37,51	453.554	37,51
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	126.701	10,48	126.701	10,48
Outros	627.450	51,88	627.450	51,88
Total das ações preferenciais em circulação	1.209.267	100,00	1.209.267	100,00
Total das ações	1.995.532		1.995.532	

21.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019
Reservas de capital:		
Reserva especial de ágio na incorporação	128.609	128.609
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	3.505	3.274
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
Subtotal	141.783	141.552
Avaliação patrimonial:		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	657.816	685.646
Outros resultados abrangentes:		
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos	(50.526)	(50.526)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(9.054)	(9.380)
Subtotal	(59.580)	(59.906)
Reservas de lucro:		
Reserva legal (e)	94.921	94.921
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	97.477	97.477
Reserva de investimentos	16.873	16.873
Subtotal	209.271	209.271
Total	949.290	976.563

Notas Explicativas

21.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R \$97.478, correspondente a R\$0,04884797191 por ação ordinária e preferencial e R\$0,24423985955 por unit referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais” até a aprovação em AGO, prevista para ser realizada em 31 de julho de 2020. O pagamento será realizado no exercício social de 2020, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada 05 de dezembro de 2019, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2019, no montante de R\$44.416 correspondente a R\$0,02225777847 por ação ordinária e preferencial e R\$0,11128889237 por unit. O pagamento será realizado no exercício social de 2020, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$89.210 correspondente a R \$0,04470471263 por ação ordinária e preferencial e R\$0,22352356315 por unit referente ao período encerrado em 31 de março de 2020. O pagamento foi realizado em 20 de maio de 2020.

22. RESULTADO POR AÇÃO

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o período findo em 30 de junho de 2020.

	Controladora			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Numerador:				
Resultado líquido do período	118.959	194.278	35.438	97.452
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	786.265	786.265	775.175	775.175
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.209.267	1.209.267	1.192.210	1.192.210
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	1.995.532	1.995.532	1.967.385	1.967.385
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.995.532	1.995.532	1.967.385	1.967.385
Resultado básico por ação (R\$ por ação)				
Resultado básico por ação ordinária	0,05961	0,09736	0,01801	0,04953
Resultado básico por ação preferencial	0,05961	0,09736	0,01801	0,04953
Resultado básico por Unit	0,29806	0,48678	0,09006	0,24767

Resultado atribuível aos acionistas:

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Ordinárias	46.871	76.548	13.963	38.397
Preferenciais	72.088	117.730	21.475	59.055
Total	118.959	194.278	35.438	97.452

Notas Explicativas

22.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$128.609 (R\$128.609 em 31 de dezembro de 2019), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,24% para 46,29% em 30 de junho de 2020, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Numerador:				
Resultado líquido do período	118.959	194.278	35.438	97.452
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	801.391	801.391	808.438	808.438
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.234.904	1.234.904	1.242.458	1.242.458
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)				
Resultado diluído por ação ordinária	0,05842	0,09541	0,01728	0,04752
Resultado diuído por ação preferencial	0,05842	0,09541	0,01728	0,04752
Resultado diluído por Unit	0,29210	0,47704	0,08640	0,23758

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Ordinárias	46.817	76.459	13.954	38.371
Preferenciais	72.142	117.819	21.484	59.081
Total	118.959	194.278	35.438	97.452

Notas Explicativas

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora							
	01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.541.680	413.838	5.315.886	876.504	2.532.906	422.911	5.328.915	895.271
Mercado de curto prazo								
MRE	443.930	5.162	798.300	10.117	150.119	1.714	680.302	6.223
SPOT	(113.205)	3.714	(95.800)	21.614	138.374	39.481	148.804	41.095
Outros	–	7.436	–	11.426	–	1.315	–	4.754
Partes relacionadas (nota 27)	5.995	1.401	169.234	8.607	108.926	4.613	135.655	5.745
Outras receitas	–	87	–	198	–	132	–	1.242
Receita operacional bruta	2.878.400	431.638	6.187.620	928.466	2.930.325	470.166	6.293.676	954.330
PIS e Cofins	–	(39.127)	–	(84.463)	–	(43.100)	–	(87.514)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	(12.340)	–	(27.511)	–	(10.632)	–	(24.836)
ICMS	–	(8.747)	–	(15.460)	–	(4.222)	–	(8.238)
Pesquisa e desenvolvimento	–	(3.639)	–	(7.855)	–	(4.043)	–	(8.170)
ISS	–	–	–	–	–	–	–	–
Receita líquida	2.878.400	367.785	6.187.620	793.177	2.930.325	408.169	6.293.676	825.572

	Consolidado							
	01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.553.178	417.376	5.333.001	881.187	2.532.906	422.911	5.328.915	895.271
Mercado de curto prazo								
MRE	443.930	5.162	798.300	10.117	150.119	1.714	680.302	6.223
SPOT	(112.277)	3.732	(94.872)	21.632	138.374	40.104	170.527	43.979
Outros	–	8.789	–	14.216	–	2.715	–	10.542
Contratos de energia eólicos	394.773	79.830	758.203	128.551	587.290	70.190	767.068	110.843
Contratos de energia solares	106.584	29.748	188.337	58.148	(35.241)	12.068	118.639	35.807
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	298	–	1.135
Outras receitas	–	748	–	1.935	–	615	–	2.146
Receita operacional bruta	3.386.188	545.385	6.982.969	1.115.786	3.373.448	550.615	7.065.451	1.105.946
PIS e Cofins	–	(43.792)	–	(92.046)	–	(46.644)	–	(92.767)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	(12.340)	–	(27.511)	–	(10.632)	–	(24.836)
ICMS	–	(10.405)	–	(18.767)	–	(4.225)	–	(8.241)
Pesquisa e desenvolvimento	–	(3.639)	–	(7.855)	–	(4.043)	–	(8.170)
ISS	–	(2)	–	(4)	–	(14)	–	(69)
Receita líquida	3.386.188	475.207	6.982.969	969.603	3.373.448	485.057	7.065.451	971.863

A informação não financeira MWh não foi auditada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

24. CUSTO DA ENERGIA COMPRADA E TRANSMISSÃO

	Controladora							
	01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	402.526	(65.808)	667.963	(110.296)	706.845	(139.339)	1.104.726	(214.044)
Contratos com partes relacionadas (nota 27)	43.243	(8.891)	116.936	(24.142)	14.442	(4.613)	14.442	(4.613)
Mercado de curto prazo								
MRE	—	—	—	—	81.157	(1.285)	81.157	(1.285)
SPOT	—	—	(5.205)	1.539	(5.285)	(4.063)	103.945	(35.454)
Outros	—	(352)	—	(566)	—	—	—	—
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(38.345)	—	(74.942)	—	(35.926)	—	(73.360)
Crédito de PIS e Cofins	—	8.611	—	16.827	—	17.515	—	30.623
Total	445.769	(104.785)	779.694	(191.580)	797.159	(167.711)	1.304.270	(298.133)

	Consolidado							
	01.04.2020 a 30.06.2020		01.01.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019		01.01.2019 a 30.06.2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	440.663	(74.080)	811.887	(128.372)	706.845	(139.336)	1.104.726	(214.044)
Mercado de curto prazo								
MRE	—	—	—	—	81.157	(1.285)	81.157	(1.285)
SPOT	69.520	(484)	74.365	(820)	(5.285)	(4.118)	103.945	(35.287)
Outros	—	(438)	—	(652)	—	—	—	(2.327)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(43.502)	—	(85.278)	—	(41.288)	—	(83.108)
Crédito de PIS e Cofins	—	8.741	—	16.960	—	17.515	—	30.623
Total	510.183	(109.763)	886.252	(198.162)	782.717	(168.512)	1.289.828	(305.428)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora				
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	
Seguros		(3.214)	(6.431)	(2.508)	(5.032)
Contribuições setoriais		(1.667)	(3.336)	(1.554)	(3.105)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível		(67)	(977)	—	(161)
Arrendamentos e aluguéis		(403)	(637)	(482)	(758)
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação		1.835	1.835	—	—
Outros		671	123	(355)	(1.004)
Total		(2.845)	(9.423)	(4.899)	(10.060)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Seguros	(4.119)	(8.167)	(2.936)	(5.885)
Contribuições setoriais	(1.726)	(3.450)	(1.655)	(3.254)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(53)	(1.848)	–	(161)
Arrendamentos e aluguéis	(444)	(823)	15	(725)
Multas contratuais	(1.166)	(1.624)	(2.962)	(4.163)
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.831	1.831	–	–
Outros	265	(316)	(389)	(1.162)
Total	(5.412)	(14.397)	(7.927)	(15.350)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	11.833	23.125	19.825	34.711
Renda de cauções e depósitos judiciais	588	1.324	1.066	2.411
PIS e COFINS sobre receita financeira	(589)	(1.186)	(988)	(1.793)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 27)	336	861	–	–
Outras	25	83	162	627
Total	12.193	24.207	20.065	35.956
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(60.615)	(120.852)	(72.727)	(128.603)
Atualização monetária GSF (nota 13)	(27.543)	(45.752)	(22.046)	(40.182)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	14.369	(11.166)	(19.159)	(32.086)
Prêmio de resgate antecipado	–	–	(6.122)	(6.122)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos (nota 17)	(1.686)	(3.372)	(739)	(1.477)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(814)	(1.896)	(3.051)	(4.093)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)	936	2.576	1.004	1.691
Juros sobre passivos de arrendamento	(156)	(517)	(999)	(999)
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 27)	(336)	(861)	–	–
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.408)	(2.618)	(1.655)	(1.882)
Outras	2.157	335	(397)	(3.041)
Total	(75.096)	(184.123)	(125.891)	(216.794)
Variações Cambiais, líquidas				
Repasso de energia - Itaipú (nota 18.1)	28.797	13.458	847	559
Outras	(8)	(313)	19	22
Total	28.789	13.145	866	581
Total Líquido	(34.114)	(146.771)	(104.960)	(180.257)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	14.320	28.249	22.239	39.475
Renda de cauções e depósitos judiciais	1.326	2.484	2.508	5.223
PIS e COFINS sobre receita financeira	(648)	(1.296)	(1.055)	(1.939)
Outras	46	128	(1.234)	(1.921)
Total	15.044	29.565	22.458	40.838
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(63.732)	(127.182)	(80.529)	(158.909)
Atualização monetária GSF (nota 13)	(27.543)	(45.752)	(22.046)	(40.182)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.314	(12.141)	(21.088)	(37.353)
Prêmio de resgate antecipado	—	—	(6.122)	(6.122)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos (nota 17)	(1.686)	(3.372)	(739)	(1.477)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(814)	(1.896)	(3.051)	(4.093)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)	1.119	2.962	7.068	15.109
Juros sobre passivos de arrendamento	(1.285)	(3.848)	(2.827)	(2.827)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.408)	(2.618)	(1.655)	(3.508)
Outras	1.465	(623)	(674)	(4.087)
Total	(78.570)	(194.470)	(131.663)	(243.449)
Variações Cambiais, líquidas				
Repasse de energia - Itaipú (nota 18.1)	28.797	13.458	847	559
Marcação a mercado de derivativos	—	736	9.474	7.779
Variação cambial sobre fornecedores	(332)	(2.575)	(1.332)	2.974
Outras	(1.398)	(1.704)	18	21
Total	27.067	9.915	9.007	11.333
Total Líquido	(36.459)	(154.990)	(100.198)	(191.278)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 6,4% a.a. no período findo em 30 de junho de 2020 (9,2% a.a. no período findo em 30 de junho de 2019), sobre os ativos qualificáveis.

Notas Explicativas

27. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				
Contas a receber de clientes - AES Tietê Integra (i)	787	–	–	–
Outros ativos (nota 9) (iii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	21	22	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2	21	21	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3	23	40	–	–
Subarrendamento - AGV IV	23	22	–	–
Subarrendamento - AGV V	23	22	–	–
Subarrendamento - AGV VI	23	22	–	–
Subtotal	134	149	–	–
Outros ativos (nota 9)				
Dividendos a receber da Boa Hora 1	465	465	–	–
Dividendos a receber da Boa Hora 2	587	587	–	–
Dividendos a receber da Boa Hora 3	469	469	–	–
Dividendos a receber da Nova Energia	615	615	–	–
Dividendos a receber da AGV Solar IV	23	23	–	–
Dividendos a receber da AGV Solar V	58	58	–	–
Dividendos a receber da AGV Solar VI	57	56	–	–
Subtotal	2.274	2.273	–	–
Subtotal circulante	2.408	2.422	–	–
Outros ativos (nota 9) (iii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	2.219	2.199	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2	2.219	2.199	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3	2.219	2.199	–	–
Subarrendamento - AGV IV	2.378	2.357	–	–
Subarrendamento - AGV V	2.377	2.357	–	–
Subarrendamento - AGV VI	2.377	2.357	–	–
Subtotal não circulante	13.789	13.668	–	–
Total do ativo	16.197	16.090	–	–
Passivo				
Fornecedores (nota 13)				
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - AGV Solar IV (vii)	593	824	–	–
Compra de energia - AGV Solar V (vii)	1.169	1.627	–	–
Compra de energia - AGV Solar VI (vii)	1.169	1.627	–	–
Subtotal	2.931	4.078	–	–
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (nota 13)	1	325	1	325
Total	2.932	4.403	1	325
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 17)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (vi)	93.825	89.001	93.825	89.001
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	9.194	9.194	9.194	9.194
Total do passivo	105.951	102.598	103.020	98.520

Notas Explicativas

	Controladora			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Resultado				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (iv)	1.401	2.246	–	–
Cessão de energia - Maron (ii)	–	–	–	249
Cessão de energia - Pilões (ii)	–	–	–	249
Cessão de energia - Ametista (ii)	–	–	–	249
Cessão de energia - Dourados (ii)	–	–	–	249
Cessão de energia - Caetité (ii)	–	–	–	91
Cessão de energia - Borgo (ii)	–	–	–	45
Subtotal	1.401	2.246	–	1.132
Venda de energia - Caetité (v)	–	–	193	193
Venda de energia - Ametista (v)	–	1.939	1.126	1.126
Venda de energia - Dourados (v)	–	1.773	1.210	1.210
Venda de energia - Pilões (v)	–	1.230	723	723
Venda de energia - Pelourinho (v)	–	355	289	289
Venda de energia - Borgo (v)	–	–	193	193
Venda de energia - Serra do Espinhaço (v)	–	–	193	193
Venda de energia - Espigão (iv)	–	–	96	96
Venda de energia - Maron (v)	–	1.064	590	590
Subtotal	–	6.361	4.613	4.613
Total	1.401	8.607	4.613	5.745
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - Caetité (v)	–	–	(193)	(193)
Compra de energia - Ametista (v)	–	(1.939)	(1.126)	(1.126)
Compra de energia - Dourados (v)	–	(1.773)	(1.210)	(1.210)
Compra de energia - Pilões (v)	–	(1.230)	(723)	(723)
Compra de energia - Pelourinho (v)	–	(355)	(289)	(289)
Compra de energia - Borgo (v)	–	–	(193)	(193)
Compra de energia - Serra do Espinhaço (v)	–	–	(193)	(193)
Compra de energia - Espigão (v)	–	–	(96)	(96)
Compra de energia - Maron (v)	–	(1.064)	(590)	(590)
Compra de energia - AGV IV (vii)	(1.795)	(3.591)	–	–
Compra de energia - AGV IV (vii)	(3.548)	(7.095)	–	–
Compra de energia - AGV VI (vii)	(3.548)	(7.095)	–	–
Subtotal	(8.891)	(24.142)	(4.613)	(4.613)
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (vi) (nota 17)	(2.804)	(5.607)	(1.702)	(3.402)
Resultado financeiro				
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota 16)	336	861	–	–
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota 16)	(336)	(861)	–	–
Total do resultado	(10.294)	(21.142)	(1.702)	(2.270)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Resultado				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (iv)	–	–	298	1.135
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (vi) (nota 17)	(2.804)	(5.607)	(1.702)	(3.402)
Total do resultado	(2.804)	(5.607)	(1.404)	(2.267)

- (i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, preço valorado entre R\$185,50 e R\$256,00, volume envolvido de aproximadamente 93,3 MWm e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (ii) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e algumas controladas indiretas do Complexo Alto Sertão II, detalhadas na tabela acima. Os contratos tiveram validade de fevereiro a março de 2019, preço médio de R\$45,28 e volume envolvido de aproximadamente 37,15 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (iii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 16 - Passivo de Arrendamento. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros créditos e contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$132 e R\$13.822, respectivamente, totalizando R\$13.954.
- (iv) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (v) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de venda e 42,91 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (vi) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (vii) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o ano de 2020 ao preço de R\$190 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.

Notas Explicativas

27.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no período findo em 30 de junho de 2020 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Benefícios de curto prazo	1.747	3.434	1.593	3.168
Benefícios pós-emprego	26	51	25	49
Outros benefícios de longo prazo	166	317	119	192
Remuneração baseada em ações (i)	116	215	91	152
Total	2.055	4.017	1.828	3.561

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

Notas Explicativas

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

28.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado					
		30/6/2020		31/12/2019			
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
	Notas						
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	13.498	13.498	31.838	31.838	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	4	Nível 2	1.837.822	1.837.822	1.129.800	1.129.800	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo (Fundo de investimentos)	4	Nível 2	203.028	203.028	201.116	201.116	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	Nível 2	351.792	351.792	355.583	355.583	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8	Nível 2	186.748	186.748	154.332	154.332	Custo amortizado
Outros ativos (Instrumentos financeiros derivativos)	9	Nível 2	206	206	—	—	Valor justo por meio do resultado
Total			2.593.094	2.593.094	1.872.669	1.872.669	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
		Nível 2					
Fornecedores	13	Nível 2	1.276.391	1.276.391	1.228.330	1.228.330	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	Nível 2	4.738.167	4.730.106	4.254.945	4.396.910	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16	Nível 2	91.020	91.020	62.727	62.727	Custo amortizado
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)		Nível 2	—	—	281	281	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		Nível 2	38.932	38.932	38.867	38.867	Custo amortizado
Total			6.144.510	6.136.449	5.585.150	5.727.115	

Durante o período findo em 30 de junho de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

Exposição ao risco de moeda estrangeira

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de imobilizado para projetos de geração solar, durante 2020 a controlada Inova contratou operações de NDF com vencimento até 14 de agosto de 2020. A contratação destas operações não apresentam caráter especulativo.

Em 30 de junho de 2020, a controlada Tietê Inova possui em aberto NDFs com valor nocional de US \$1.144 (R\$6.060), com vencimentos até 14 de agosto de 2020. O saldo registrado na rubrica Outros ativos, linha instrumentos financeiros derivativos é de R\$206. Os ganhos e perdas acumulados das NDFs da Inova foram registrados no resultado financeiro da controlada. O preço médio de exercício das NDFs é de R\$5,30.

Notas Explicativas

28.2 Gerenciamento de riscos

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de 2020 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6.606	10.080	13.498	31.838
Investimentos de curto prazo	1.672.865	1.117.550	2.040.850	1.330.916
Contas a receber de clientes	259.324	265.505	351.792	355.583
Cauções e depósitos vinculados	53.885	90.829	186.748	154.332
Total da exposição	1.992.680	1.483.964	2.592.888	1.872.669

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	4.588.717	4.088.228	4.738.167	4.254.945
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(6.606)	(10.080)	(13.498)	(31.838)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.672.865)	(1.117.550)	(2.040.850)	(1.330.916)
Dívida líquida	2.909.246	2.960.598	2.683.819	2.892.191
Patrimônio líquido	1.556.796	1.451.170	1.556.796	1.451.170
Índice de alavancagem financeira	186,87%	204,01%	172,39%	199,30%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de junho de 2020, 20,22% (10,85% em 31 de dezembro de 2019) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,3 anos (5,2 anos em 31 de dezembro de 2019).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.7.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2020	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.276.391	–	–	–	–
Debêntures	72.287	550.692	602.156	1.605.776	2.941.417
Nota Promissória	–	526.382	–	–	–
Passivo de arrendamento	280	948	1.050	4.495	84.247
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	38.932	–	–	–	–
Total	1.387.890	1.078.022	603.206	1.610.271	3.025.664

Notas Explicativas

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2020.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de junho de 2020, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2020 é:

	30/06/2020
Equivalentes de caixa (i)	6.976
Investimentos de curto prazo	2.040.850
Debêntures (nota 15)	(4.297.126)
Notas Comerciais (nota 15)	(506.511)
Total da exposição líquida	(2.755.811)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Notas Explicativas

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.06.2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,05%	1,57%	2,09%	2,61%	3,14%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	6.976	73	110	146	182	219
Investimentos de curto prazo	CDI	2.040.850	21.429	32.041	42.654	53.266	64.083
Impacto no resultado			21.502	32.151	42.800	53.448	64.302
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30.06.2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,05%	1,57%	2,09%	2,61%	3,14%
7ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	CDI	(762.492)	(18.023)	(22.039)	(26.056)	(30.072)	(34.166)
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.396.443)	(28.774)	(36.108)	(43.442)	(50.776)	(58.251)
4ª Emissão de Notas Comerciais	CDI	(177.345)	(6.880)	(7.828)	(8.776)	(9.724)	(10.690)
5ª Emissão de Notas Comerciais	CDI	(177.286)	(7.236)	(8.185)	(9.135)	(10.085)	(11.052)
6ª Emissão de Notas Comerciais	CDI	(151.880)	(6.199) %	(7.012) %	(7.826) %	(8.639) %	(9.469) %
Impacto no resultado			(67.112)	(81.172)	(95.235)	(109.296)	(123.628)
IPCA			1,56%	2,33%	3,11%	3,89%	4,67%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(77.988)	(7.244)	(7.890)	(8.548)	(9.199)	(9.854)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(73.033)	(6.977)	(7.583)	(8.200)	(8.812)	(9.427)
4ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(360.574)	(36.496)	(39.506)	(42.569)	(45.605)	(48.655)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(207.247)	(16.998)	(18.699)	(20.428)	(22.143)	(23.865)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(353.597)	(29.864)	(32.771)	(35.729)	(38.661)	(41.606)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(212.692)	(16.322)	(18.058)	(19.824)	(21.576)	(23.335)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(666.937)	(42.307)	(47.684)	(53.155)	(58.579)	(64.026)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(186.123)	(11.807)	(13.307)	(14.834)	(16.348)	(17.868)
Impacto no resultado			(168.015)	(185.498)	(203.287)	(220.923)	(238.636)
Total da exposição líquida			(213.625)	(234.519)	(255.722)	(276.771)	(297.962)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Notas Explicativas

29 SEGUROS

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2019	31/12/2020	4.140.000
Seguro terrorismo	31/12/2019	31/12/2020	1.242.000
Vida em grupo	30/04/2020	30/04/2021	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.562
Responsabilidade civil geral	01/04/2020	01/04/2021	40.000
Riscos ambientais	01/04/2020	01/04/2021	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2020	01/04/2021	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2020	01/04/2021	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo e os seguros de construção do Complexo Solar Ouroeste. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.088.228	38.867	4.127.095	4.254.945	38.867	4.293.812
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	500.000	–	500.000	500.000	–	500.000
Pagamentos de principal	(7.148)	–	(7.148)	(25.305)	–	(25.305)
Diferimento custos de transação	(5.642)	–	(5.642)	(5.873)	–	(5.873)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(116.163)	–	(116.163)	(121.961)	–	(121.961)
Juros capitalizados (nota 26)	(2.576)	–	(2.576)	(2.962)	–	(2.962)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	–	(89.145)	(89.145)	–	(89.145)	(89.145)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	120.852	–	120.852	127.182	–	127.182
Variação monetária	11.166	–	11.166	12.141	–	12.141
Destinação de dividendos	–	89.210	89.210	–	89.210	89.210
Saldo em 30 de junho de 2020	4.588.717	38.932	4.627.649	4.738.167	38.932	4.777.099

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	3.351	790	123.218	156.554
Aumento de capital em controladas	66.918	–	–	–
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	78.629	–	77.399	–
Total	148.898	790	200.617	156.554

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de participação de acionista controlador

Em 27 de julho, a Companhia recebeu correspondência de seu acionista BNDESPAR, comunicando que seu acionista controlador AES Holdings Brasil Ltda. sagrou-se vencedor no processo competitivo promovido pela BNDESPAR para alienação de participação societária detida pela BNDESPAR na Companhia, conforme proposta enviada.

Em 28 de julho, a Companhia foi informada por seu acionista controlador indireto, AES Corp, que este celebrou com BNDESPAR, por meio de uma de suas controladas, contrato para aquisição de 73.834.706 *units* de emissão da Companhia e de titularidade da BNDESPAR, equivalentes a 18,5% do capital social total da Companhia.

Em 05 de agosto de 2020, foi concluída a transferência das ações adquiridas da BNDESPAR, e a partir desta data, a AES Corp passa a deter 42,9% do capital social da Companhia, equivalente a 71,0% das ações ordinárias e 24,6% das ações preferenciais. Em decorrência da operação, o Acordo de Acionistas celebrado entre AES Corp e BNDESPAR deixa de vigorar, à exceção de algumas disposições, que permanecerão em vigor até que sejam integralmente cumpridas as obrigações previstas no Contrato de Cessão de Direitos celebrado entre a AES Holdings Brasil Ltda e BNDESPAR em 26 de outubro de 2015. As disposições relativas a tag along, direito de veto da BNDESPAR em matérias estratégicas da Companhia, dentre outras, deixam de ser aplicáveis.

Adicionalmente, no prazo de até seis meses contados a partir desta data, a AES Corp se comprometeu a submeter ao Conselho de Administração e aos demais acionistas da Companhia, proposta de migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado.

Combinação de negócios

Em 05 de agosto de 2020 a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações (“SPA”) com J. Malucelli Energia S.A e demais acionistas para aquisição do Projeto Eólico Ventos no montante total de R\$ 449 milhões, sendo que 51% será pago na data da conclusão da operação e 49% após 5 meses da data da conclusão, sem atualização monetária das parcelas. Nesta transação a Companhia assumirá também um saldo de dívida líquida de aproximadamente R\$ 201 milhões. O parque eólico, situado no estado do Rio Grande do Norte, costa da região Nordeste, é composto por três SPE’s operacionais com capacidade instalada total de 187 MW e PPA negociado no mercado regulado até o ano de 2034. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes e eventual ajuste de capital de giro, usuais nesse tipo de operação acordadas no SPA, e está prevista para ocorrer no 4º trimestre desse ano.

Sendo concluída a operação, a Companhia convocará uma Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para ratificação da operação nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A, tão logo seja finalizado laudo de avaliação preparado por consultoria especializada confirmando a sua necessidade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê Energia S.A. | São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia AES Tietê Energia S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 17 de fevereiro de 2020 sem modificação, e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente do período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de julho de 2019 sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes | CRC 2SP014428/O-6

Y æ } ^! Á ^ c |ã ÁÖ [} çã [! Á Ö Ü Á Ú Ú F I G F H D Ñ Ì

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2020.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2020.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores